



Mestrado
História, Relações Internacionais e Cooperação

A Confiança Política na Europa de 2002 a 2012: um estudo comparativo entre Portugal e Alemanha

Johnny Martins

12

2016



Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Introdução	6
1º capítulo – Enquadramento Teórico	9
1.1 Conceptualização	9
1.2 Importância da confiança política como promotor de estabilidade Governativa	12
1.2 Performance Económica como instigadora de confiança	15
1.3 Educação e Intervencionismo/Participação Política	19
2º Capítulo – A Moeda Única e os cidadãos	24
2.1 Introdução do Euro em 2002 – Níveis de Suporte e Expectativas	24
2.2 Suporte público na Moeda Única	25
2.3 Correlação entre suporte no Euro e o futuro da União Monetária Europeia	29
3º Capítulo – Estudo de Caso: A Crise económica e a confiança política em Portugal e na Alemanha	32
3.1 Objetivos e Metodologia	32
3.2 – A introdução da Moeda única e a confiança nas instituições	33
3.3 – A relação entre a crise económica e confiança política	39
3.3.1 Caso Português: causas e consequências da crise	40
3.3.2 Caso Alemão: Crise de 2008 e confiança política	46
3.3.3 Considerações	50
Conclusões	53
Bibliografia	55

Agradecimentos

Um agradecimento especial à família e amigos pelo apoio ao longo dos últimos meses.

Resumo

Assumindo a *Confiança* enquanto eixo central, esta tese estabelece a intenção da procura de uma explicação para o declínio gradual de confiança e esperança no projeto europeu na última década e pretende analisar se existe uma correlação entre a quebra de confiança na União Europeia e a crise financeira de 2008. Foi estabelecido um eixo temporal, de 2002 a 2012, onde ambas as datas cumprem um propósito claro para a elaboração desta dissertação. A primeira, 2002, marca o ano da introdução da moeda única no mercado europeu, e é igualmente uma das fases em que a confiança dos europeus se mostrou mais favorável, uma época de relativa estabilidade que pode ser associada à implementação da moeda única que acarretava consigo expectativas de progresso no setor económico, político e social. A segunda, 2012, nasce da necessidade de estabelecer uma barreira temporal na investigação e também da importância de obter informação dos níveis de confiança após os regates financeiros que ocorreram entre o ano de 2010 e 2011.

Palavras-Chave: confiança, Política, União Europeia, Euro, Moeda única, Portugal, Alemanha

Abstract

Assuming Trust as the central axis, this thesis establishes the intention of looking for an explanation for the progressive decline of confidence and hope in the European project in the last decade and intends to analyze if there is a correlation between the decline of trust in the European Union and the financial crisis of 2008. A time axis was established from 2002 to 2012, where both dates serve a clear purpose for the preparation of this dissertation. The first one, 2002, marks the year of the introduction of the single currency on the European market, and is also one of the phases in which the confidence of Europeans has been more favorable, a time of relative stability that could be associated with the implementation of the single currency that entailed expectations of progress in the economic, political and social sectors. The second, 2012, arises from the need to establish a temporal barrier in research and also from the importance of obtaining information on confidence levels after the financials bailouts that occurred between 2010 and 2011.

Keywords: Politics , European Uniao, Political Trust, Trust, Single Currency, Euro, Portugal, Germany

Introdução

“*Estados Unidos da Europa*”, será exequível num futuro próximo atingir e executar o objetivo pretendido pelo núcleo pró-federalistas europeu? A hipótese não é totalmente despropositada e irracional no atual quadro europeu. Todavia, com a crise económica de 2008 que assolou, ainda que desproporcionalmente, o território Europeu, a sua implementação tende a distanciar-se gradualmente e para muitos não representa mais que uma utopia. A construção do modelo teórico do projeto europeu teve e continua a dispor na sua base uma dinâmica federalista. A União Europeia é perspectivada como um organismo em constante evolução, esse avanço é uma reação natural que vai ao encontro ao modelo ideológico europeu, em particular a vertente integracionista. Fronteiras invisíveis, uma economia assente num modelo liberal, a nível político pretende-se a partilha de valores e ideologias semelhantes, as culturas são abraçadas e vistas não como obstáculos, mas sim como fontes de aprendizagem e partilha de ideias. É esta a realidade que vivemos presentemente, são valores apreendidos, mesmo que inconscientemente, pela generalidade dos Europeus ao longo das últimas décadas. Contudo, em todos os sistemas políticos democráticos saudáveis, por mais que se almeje unanimidade, as vozes dissidentes são omnipresentes e é justamente da confrontação de ideias que a democracia se alimenta e progride.

Na conjuntura atual que atravessa a União Europeia (UE) as vozes discordantes têm projetado com maior vigor na última década o seu descontentamento nas instituições europeias e, os mais séticos, questionam o próprio projeto europeu enquanto solução governativa para o futuro da Europa e pedem reformas no seio da organização. Uma Europa desprovida de confiança por parte dos cidadãos nas suas instituições ocorre no perigo de ingressar numa espiral recessiva de legitimidade governativa e política. Com níveis de confiança em baixo, a legitimidade caminha por uma linha ténue que a qualquer momento pode quebrar. A problemática da confiança mostra-se atualmente um objeto de discussão pertinente na esfera Europeia. Mais do que nunca os governantes Europeus necessitam de avaliar que papel deve a UE desempenhar enquanto órgão supranacional. Os dados apontam para necessidade de criar e melhorar plataformas de aproximação entre

os cidadãos e as instituições, sendo primordial encetar um esforço conjunto das várias forças políticas com o objetivo de reavivar no seio civil a esperança no projeto europeu que possibilite trazer níveis prósperos de confiança.

Assumindo a *Confiança* enquanto eixo central, esta tese estabelece a intenção da procura de uma explicação para o declínio gradual de confiança e esperança no projeto europeu na última década e pretende analisar se existe uma correlação entre a quebra de confiança na União Europeia e a crise financeira de 2008. A questão central da tese: *Há relação entre a crise de 2008 e o declínio de confiança na União Europeia e as suas principais instituições?* é o resultado da confrontação destes dois elementos, confiança e crise financeira que será alvo de análise neste trabalho. Foi estabelecido um eixo temporal, de 2002 a 2012, onde ambas as datas cumprem um propósito claro para a elaboração desta dissertação. A primeira, 2002, marca o ano da introdução da moeda única no mercado europeu, e é igualmente uma das fases em que a confiança dos europeus se mostrou mais favorável, uma época de relativa estabilidade que pode ser associada à implementação da moeda única que acarretava consigo expectativas de progresso no setor económico, político e social. A segunda, 2012, nasce da necessidade de estabelecer uma barreira temporal na investigação e também da importância de obter informação dos níveis de confiança após os regates financeiros que ocorreram entre o ano de 2010 e 2011.

Para responder à questão é necessário proceder a um desmembramento categórico da problemática a que nos propomos dissecar. Primeiramente revela-se crucial compreender a componente teórica de Confiança e separar a confiança social e política, divergentes e com propósitos contrários. O primeiro capítulo, Enquadramento teórico, servirá esse propósito e, conjuntamente com a análise e discussão de diversas teses de intelectuais no campo da ciência política auxiliará na tarefa de compor e esclarecer a base teórica e importância da confiança no espectro político e económico. O segundo capítulo, *Apoio à Moeda Única*, explora e aborda, sumariamente, o processo de introdução da moeda única, e ao mesmo tempo evidencia a sua importância no processo de integração europeia, o capítulo intenta providenciar um quadro teórico da confiança e suporte na moeda única, servindo desta forma de pilar para a análise aprofundada no último capítulo. O terceiro e último capítulo, *Estudo de Caso: A crise económica e os níveis de confiança em Portugal e na Alemanha*, tem como foco uma comparação, através dos dados estatísticos, entre Portugal e Alemanha em dois estudos de caso: o primeiro centra a sua análise no período desde 2008 a 2012, onde são confrontados os níveis de confiança de ambos os países nas instituições Europeias (Parlamento e Comissão) e Nacionais (Parlamento e Governo) com

o intuito de averiguar se a crise financeira de 2008 provocou, efetivamente, um maior declínio dos níveis de confiança em Portugal em relação à Alemanha. A segunda parte do capítulo complementar o capítulo N°2 sobre o suporte na moeda única, no entanto, ao contrário do capítulo anteriormente referido, este irá analisar os níveis de confiança e suporte no Euro nos países aderentes no ano da introdução em 2002, com especial atenção para o caso Português e Alemão, tendo como objetivo avaliar se a introdução do euro originou um incremento significativo nas restantes instituições Europeias, analisadas na primeira parte do capítulo.

A dissertação, na sua génese, pretende providenciar uma visão abrangente da problemática da confiança na União Europeia e, de facto, é recorrente ao longo desta o uso de dados estáticos que abarcam a maioria dos países-membros. Contudo, e dado a vastidão de países constituintes da União Europeia apresentou-se inconcebível, (conservando uma investigação que prima no rigor e honestidade intelectual) abordar individualmente todos os países da UE. Como tal, foram selecionados dois casos de estudo, Portugal e Alemanha, antagónicos entre si, demarcando-se a diferença entre ambos no quadro económico-financeiro. A escolha mostrou-se particularmente interessante pelo impacto divergente que a crise deteve em ambos os países. Enquanto que no primeiro se observou um efeito nefasto que deixou cicatrizes profundas, tanto no corpo social como na economia, o congénere europeu revelou-se, dentro do quadro europeu, quase como um caso de sucesso pelo impacto diminuto da crise na sua economia. Pretende-se, com base em dados estatísticos de fontes europeias, observar e procurar se podemos asseverar que existe, efetivamente, uma ligação direta entre variáveis de fatores económico e os níveis de confiança da população.

A nível metodológico são utilizadas fontes primárias, em particular provenientes do Eurobarómetro que abarca nas suas publicações bianuais dados estatísticos provenientes de sondagens que se mostraram de extrema relevância para a elaboração desta dissertação, que se apoia igualmente num aglomerado considerável de literatura originária de autores conceituados no estudo da confiança política e de questões interligadas, imprescindíveis para a compreensão da primeira.

1º capítulo – Enquadramento Teórico

1.1 Conceptualização

A temática da confiança interpessoal e política pode ser remetida a Confúcio (551 B.C – 479 B.C) que a classificou como elemento um pilar fundamental para a existência de uma vida social, económica e política estável (Vries: 2007). No século XVII autores clássicos como John Locke, Adam Smith, Thomas Hobbes e Alexis Tocqueville discutiram-na nos seus escritos sobre a sociedade e os respetivos modos de vida da época (Belchior, 2015). Para uma primeira explicação de confiança veja-se um excerto de Thomas Hobbes: (Hobbes (1640), 1750: 19)

“Trust is a Passion proceeding from the Belief of him from whom we expect or hope for Good, so free from doubt that upon the same we pursue no other way to attain the same good; as distrust or diffidence is doubt that maketh him endeavor to provide himself by other means. And that is the Meaning of the Words Trust and Distrust, is manifest from this, that a Man never provided himself by a second way, but when he mistrusted that the first will not hold”¹

Com base na definição de confiança de Hobbes é exequível atribuir um carácter multidimensional (Norris: 1999), i.e., o conceito de confiança assenta no pressuposto da reciprocidade entre ambas as partes. Conquanto, deve-se separar a reciprocidade que advém da confiança social da política, pois a primeira refere-se à esfera privada e pessoal. O sujeito ao depositar a sua confiança numa contraparte, entra numa situação de vulnerabilidade e, perante a incerteza do futuro e riscos que podem ocorrer, apoia-se na expectativa que desse acordo resulte uma compensação (Newton: 1997). Também Cícero nos explica de um modo simples, contudo incisivo e elucidativo, um dos pilares fundamentais da reciprocidade, quando nos diz que “Nenhum dever é tão indispensável quanto o de retribuir um favor. Todos desconfiam de quem se esquece de um benefício prestado” (Putnam: 1992: 182).

O prisma da confiança política é divergente, estamos a abordar instituições não-pessoais, ou seja, o sujeito não espera que a sua confiança seja reconhecida no mesmo

¹ Dunn, John (2000) ‘Trust and Political Agency’, in Gambetta, Diego (ed.) *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations*, electronic edition, Department of Sociology, University of Oxford, chapter 5, pp. 73-93

modelo, no entanto, é esperado que a instituição aja de acordo com as normas, regras, expectativas e previsibilidade que lhes estão associadas (Schlegel: 2005). Porém, se analisada de um prisma díspar, despida da concepção que advém da política, o conceito base encontra-se em consonância com o da confiança social e a própria ideia de reciprocidade de Cícero. Em última instância, o eleitor ao exercer o seu direito de voto está a depositar a sua confiança nessa força política que poderá ou não vir a ganhar as eleições, todavia, o seu voto transmite também uma mensagem altruísta e interesse próprio em simultâneo, mesmo que inconscientemente:

“Num sistema de reciprocidade, todo o ato individual geralmente se caracteriza por uma combinação do que se poderia chamar de altruísmo a curto prazo e interesse a próprio a longo prazo: eu te ajudo na expectativa (possivelmente vaga, incerta e impremeditada) de que me ajudarás futuramente. A reciprocidade é feita de uma série de atos que isoladamente são altruísticos a curto prazo (beneficiam outrem à custa do altruísta), mas que tomados em conjunto normalmente beneficiam todos os participantes” (Putnam 1993:182)

A ideia de reciprocidade pode ser aplicada em ambas as formas de confiança, todavia, apesar da teoria de confiança política divergir por motivos previamente aclarados, a reciprocidade mantém-se na sua essência. Importante também salientar que a confiança política é um processo em constante avaliação e escrutínio por parte de quem a deposita e, como estamos a abordar um coletivo (cidadãos) ao invés da confiança interpessoal que, geralmente, envolve duas partes, a volatilidade da confiança política é em larga escala superior, pois os governos, partidos e respetivos intervenientes no processo político estão, em prol da confiança recebida, subjacentes a uma acrescida responsabilização perante o eleitorado, uma vez que o crédito recebido provém não só das performances passadas como da presente e do futuro (Eder: 2014: 6).

A confiança atua de forma inconstante perante as adversidades do clima político e económico em que o sujeito se encontra, a sua importância é, no entanto, indubitável. É através da confiança que a nossa sociedade, assente num modelo transacionista de mercado livre, mantém a sua estabilidade (Roth, 2009). Na presença de um evento desestabilizador, no caso desta tese, uma crise do sistema financeiro, o corpo social, económico e político pode entrar numa espiral recessiva de confiança.

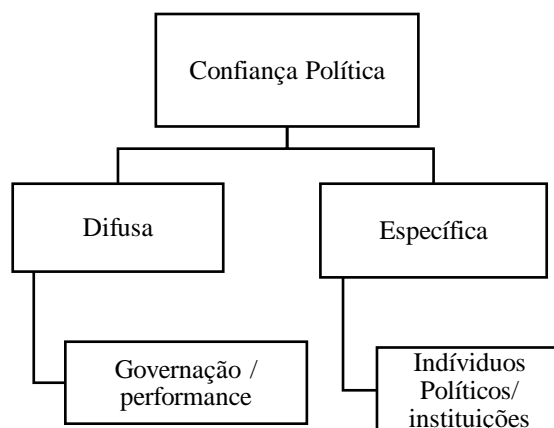
Em Blind (2002), a confiança em termos políticos pode ser dividida em duas variantes. A concepção de confiança política na perspectiva de Blind consiste na confiança por parte do cidadão no governo vigente, as suas instituições e as respetivas leis e políticas

por estes deferidas. A primeira variante, a confiança política organizacional - “*issue-oriented*”, i.e., a confiança do cidadão é direcionada para uma causa específica em relação às medidas políticas outorgadas. Dentro desta variante é possível subdividir em apoio difuso ou específico, o primeiro retrata a perspetiva generalizada do cidadão sobre o funcionamento global do sistema político; o segundo, apoio específico, é direcionado a uma problemática de uma instituição política.

Em Easton (1965), o apoio difuso em contrapartida ao específico, possui a longo-prazo o benefício de se apresentar mais estável, pois não se debruça sobre problemáticas circunstanciais que decorrem do sistema político. Noutros termos, pode-se argumentar que o apoio difuso é orientado numa perspetiva de futuro e estabilidade, enquanto o apoio específico assenta nas contingências e imprevistos inerentes da governação. Ambas as definições servirão de apoio ao estudo a que nos propomos a realizar, o foco debruçar-se-á na análise do declínio gradual da confiança - desde a implementação da moeda do Euro em 2002 - dos cidadãos dos Estado membros na União Europeia e nas respetivas instituições económicas que estiveram encarregues de outorgar medidas nos anos pós-crise de 2008 com vista a estabilizar o sector bancário e financeiro europeu.

A segunda variante, *individual political trust*, ocorre quando a confiança do cidadão é direcionada especificamente a um indivíduo que ingressa o núcleo político. Blind refere também a correlação existente entre a confiança política e necessidade dos governos de garantir a credibilidade das suas medidas políticas. A existência de credibilidade viabiliza o aumento exponencial da confiança.

Tabela 1. Variantes da Confiança Política



Fonte: elaborado pelo autor.

A teoria da performance governativa como instigadora da confiança dos cidadãos e, apesar de vários estudos apresentarem dados empíricos que asseguram a credibilidade da tese, estes centraram os seus estudos em países ocidentais com elevados níveis de industrialização. Miller (2003) perante os factos extraídos é possível concluir que a tese *hypothesis* não é definitiva e encontra-se debilitada pelas suas limitações factuais. Belchior (2015) conclui que a confiança deve ser analisada através de um espectro mais alargado. A confiança no governo não é forçosamente benéfico, podemos estar perante um caso de alienação política, onde o apoio populacional não é representativo de fatores económicos ou políticos mas pela “*falta de informação, a baixa escolarização das populações ou simplesmente com a falta de uma cultura de exigência democrática e de responsabilização democráticas, dado que estas populações simplesmente não experienciaram a vida em democracia*”² (Belchior 2015: 59).

1.2 Importância da confiança política como promotor de estabilidade Governativa

Analisado e conceptualizando as linhas gerais da definição de confiança e as suas respetivas ramificações – pessoais e político-institucionais, é importante aclarar qual o impacto que tem no corpo governativo e estabilidade socioeconómica de um determinado país. Lehman (2013) observa que nenhuma crise que a UE superou nas últimas décadas originou uma degeneração dos “*valores fundamentais da UE, da ampliação e progressiva integração*” como a crise económica de 2008. Este progressivo desinteresse e quebra de valores da UE, alicerçado a níveis de confiança reduzidos põe em escrutínio a legitimidade das instituições Europeias e as respetivas medidas que outorga. Schoon e Cheng (2011) partilham da ideia de inúmeros autores que, a confiança política é importante para legitimar o processo legislativo.

Gyorffy (2013) apresenta um estudo prático que exhibe as dicotomias e entraves governativos que uma sociedade com níveis de confiança rasos pode criar. Gyorffy considera dois casos de estudo, Suécia e Portugal. A investigação assenta na crise de 1992-1993, conhecida por EMS crisis (European Monetary System). O estudo tinha como objetivo, com base nos níveis de confiança dos dois Países, analisar que impacto estes

².A conclusão da autora deriva da análise de um gráfico estatístico do World Values Survey, VI 2010-2014; que analisa a percentagem de indivíduos que afirma confiar no governo, nos partidos políticos e no parlamento. Tendo atingido os maiores valores de Confiança nas três instituições países da Ásia e África.

tiveram nas medidas fiscais outorgadas ao longo da década de 1990 e 2000, mais concretamente que relação existe entre confiança institucional e medidas políticas de cariz financeiro e reformista, ou seja, as presenças de níveis altos devem coadjuvar a sua implementação e o oposto segundo a tese de Gyrofffy deve ter um efeito negativo.

Segundo a conclusão de Dora Gyrofffy, níveis reduzidos de confiança institucional criam impedimentos para reformas estruturais na economia e nas próprias infraestruturas governativas. Enquanto a Suécia procedeu a reformas fiscais importantes que visavam direcionar o país numa trajetória de crescimento estável a longo-prazo, Portugal, por sua vez, na visão de Gyrofffy optou por adiar;

*“(...) the portuguese economy illustrates the costs of avoiding structural reforms. While the lack of change in the early 1990s prevented neither accession to the euro-zone, nor a temporary upsurge of a growth base on the capital inflows due to the credibility boost, after the credit boom ended, the problems clearly came to the fore. The country entered in a path where low growth makes it difficult both to keep the budget in balance as well earn the **trust** of the public on the implementation of sctrural reforms. (...) (Gyroff 2013 : 91)*

O problema deste adiamento resultou no vício cíclico de medidas temporárias que apenas cumprem o propósito de salvaguardar o partido no poder, ficando as reformas estruturais por se realizar (Cunha, 2002). Manchin (2013) afirma que as implicações de níveis de confiança institucionais negativos resultam em sérios impedimentos para a recuperação financeira dos países mais afetados pela crise financeira e sem estabilidade fiscal o quadro social e político vê-se arrastado para essa espiral de instabilidade.

Na tabela n º2, extraída de um estudo de Listhaug e Ringal (2007), estão expostos dados referentes a 24 países europeus e a respetiva escala dos níveis de confiança política no ano de 2004, aqui dividida em 4 variáveis: confiança no parlamento nacional; na classe política; partidos políticos e no sistema de justiça. Estão realçados a Alemanha e Portugal, por serem os casos de estudo do terceiro capítulo, e a razão de não ter suprimido os restantes países deve-se ao facto de ser possível deter uma análise alargada das teses previamente discutidas. Os países que lideram a tabela são maioritariamente provenientes da Escandinávia, esta visão alargada permite igualmente criar uma perceção geral das discrepâncias Europeias em confiança Política, especialmente acentuada entre Norte e Sul e Norte-Este. Portugal destaca-se pelos baixos níveis de confiança nas quatro

variáveis, com particular destaque para a classe política e partidos políticos, com este último a registar o segundo valor mais baixo, a seguir à Polónia.

Tabela nº2. Confiança Política em 2004

A. Trust in country's parliament		B. Trust in politicians	
Denmark	6.286	Denmark	5.589
Finland	6.009	Luxembourg	5.178
Iceland	5.924	Iceland	4.971
Luxembourg	5.762	Finland	4.877
Switzerland	5.517	Switzerland	4.770
Norway	5.424	Netherlands	4.690
SWEDEN	5.351	Norway	4.244
Spain	5.089	Belgium	4.240
Ukraine	4.797	Sweden	4.191
Austria	4.775	Ireland	3.924
Ireland	4.713	Ukraine	3.736
Greece	4.687	Spain	3.685
Belgium	4.682	Greece	3.595
Netherlands	4.668	United Kingdom	3.589
United Kingdom	4.288	France	3.486
France	4.269	Estonia	3.315
GERMANY	4.214	Austria	3.254
Estonia	4.191	GERMANY	3.230
Slovenia	4.127	Slovenia	3.099
PORTUGAL	3.719	Czech Republic	2.727
Hungary	3.634	Hungary	2.682
Czech Republic	3.186	Slovakia	2.526
Slovakia	3.051	PORTUGAL	2.058
Poland	2.405	Poland	1.917
C. Trust in political parties		D. Trust in the legal system	
Denmark	5.647	Denmark	7.214
Finland	4.996	Finland	6.897
Luxembourg	4.971	Norway	6.352
Iceland	4.885	Switzerland	6.140
Netherlands	4.800	Luxembourg	6.137
Switzerland	4.636	Iceland	6.009
Sweden	4.398	Austria	5.829
Norway	4.340	Sweden	5.769
Belgium	4.286	GERMANY	5.542
Ireland	3.973	Netherlands	5.496
United Kingdom	3.676	Greece	5.382
Spain	3.668	Ireland	5.205
Ukraine	3.611	United Kingdom	5.116
Greece	3.505	Estonia	4.907
France	3.397	Belgium	4.830
Austria	3.396	France	4.766
Slovenia	3.209	Spain	4.717
GERMANY	3.184	Hungary	4.429
Estonia	3.088	PORTUGAL	3.939

Czech Republic	2.745	Ukraine	3.910
Hungary	2.711	Slovenia	3.849
Slovakia	2.663	Czech Republic	3.720
PORTUGAL	2.085	Slovakia	3.583
Poland	1.891	Poland	3.006

Fonte: Listhaug e Ringal (2007)

O caso de estudo de Gyorff exhibe a importância da confiança política para o saudável e estável funcionamento de um país, ainda que tenham sido analisados dois países Europeus a nível nacional, as matrizes teóricas constituem uma mais valia para o estudo do impacto da confiança na estabilidade governativa. O caso europeu é, obviamente, bastante mais complexo e para o compreender é imperativo analisar um conjunto diversificado de variáveis socioeconómicas que contribuem para a definição de confiança política. Esta deve ser abordada de diferentes prismas e estudada segundo as contingências socioeconómicas que criam flutuações nos níveis de confiança dos cidadãos. Nas páginas ulteriores será abordado um conjunto de fatores que afetam e influenciam diretamente os níveis de confiança dos cidadãos europeus a nível supranacional (União Europeia) e a nível nacional.

1.2 Performance Económica como instigadora de confiança

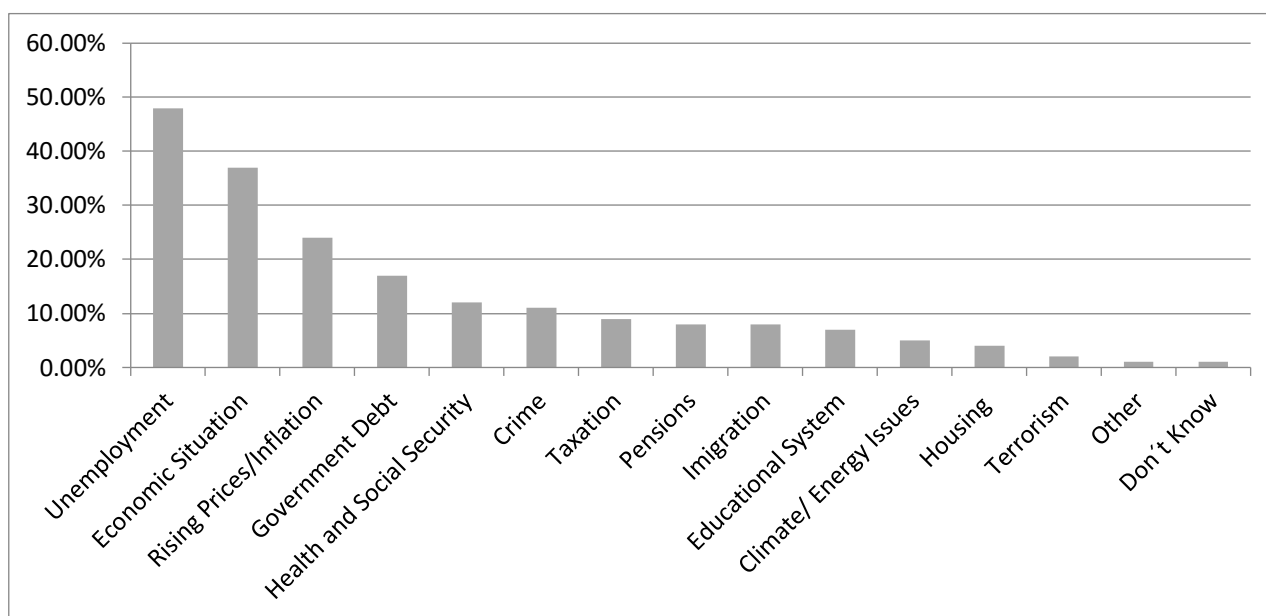
O foco do estudo que irá ser desenvolvido ao longo da tese será centralizado no impacto que uma crise económica gera nos níveis de confiança de um determinado grupo de cidadãos, que implicações gera o insucesso de respostas por parte dos governos na resolução das crises na confiança dos europeus nas instituições supranacionais. No caso europeu é importante estabelecer uma separação entre os múltiplos países, dado os diferentes níveis de impacto da crise financeira. Os países afetados com severidade estão propensos a demonstrar níveis de confiança política inferiores, uma vez que o aumento da taxa de desemprego, apoiado em medidas de austeridade com repercussões diretas nos contribuintes, gera, incontestavelmente uma onda de descontentamento que resulta, como mostra Vries (2012), num aumento exponencial da falta de confiança. Contudo, é primordial analisar se a confiança a nível nacional se comporta em conformidade com a confiança nas instituições europeias, i.e., podem níveis baixos de confiança no governo e instituições nacionais serem transportados para o quadro Europeu?

O Eurobarómetro lançou um estudo estatístico em Dezembro de 2012 sobre a opinião pública nos países Europeus (EU 27). As questões, centradas no foro Europeu e

nacional- mais especificamente sobre o estado da economia europeia e o seu impacto, expectativas e questões de teor integracionista- foram remetidas tanto para o quadro europeu como para o nacional. Ao analisar os dados é possível obter uma visão das problemáticas que mais preocupam os cidadãos.

O objetivo último será a análise do impacto da consciência nacional e se esta se transporta para a consciência europeia. Sendo a União Europeia uma instituição supranacional, com níveis de legitimidade dúbios na opinião dos seus críticos, é possível que os cidadãos europeus movam o seu descontentamento nacional para o palco Europeu. Além do mais, os governos nacionais, por vezes, usufruem do descontentamento do eleitorado com as políticas de austeridade impostas pela Comissão e respetivos órgãos europeus para se desprenderem de responsabilidades na obrigatoriedade da sua implementação, emitindo desta forma uma mensagem de impotência política perante o órgão supranacional.

Gráfico n°1 – Dados do Eurobarómetro acerca das maiores preocupações dos Cidadãos europeus a nível nacional a novembro de 2012

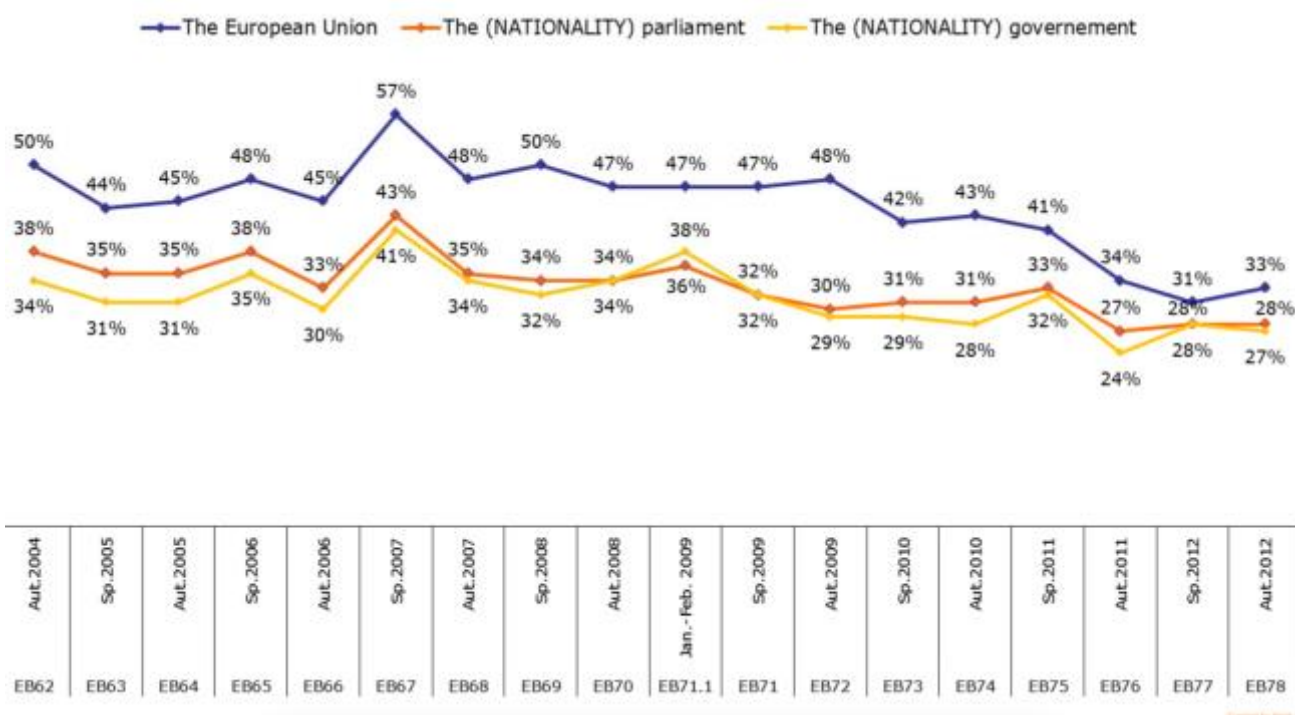


Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do Eurobarómetro : 78.

O gráfico nº1 mostra que a principal inquietação dos cidadãos europeus em 2012 era o desemprego com 48%, seguido pela situação económica com 37% e, em terceiro a subida dos preços e inflação com 24%. A pesquisa demonstra que a preocupação é maioritariamente de cariz económico, manifestando e refletindo as repercussões que a crise financeira originou na opinião pública europeia. Se correlacionarmos estes dados com outro gráfico (nº2) do documento que expõe a *Trend* dos níveis de confiança na União Europeia e nos respetivos parlamentos e governos nacionais desde 2004 (Outono) a 2012 (Outono), é possível ampliar a credibilidade da teoria que uma performance económica débil atua como fator instigador da diminuição de confiança.

Os dados mostram um declínio visível a partir do ano de 2009, com apenas o aumento de um ponto percentual no outono de 2010. Não será uma coincidência que a drástica descida ocorra na altura que surgiram os primeiros planos de ajuda económico e financeira à Grécia (2010), Irlanda (2010), Portugal (2011), sendo no ano de 2011 a mais significativa, de 41% na Primavera a 34% no Outono.

Gráfico nº2: Dados do Eurobarómetro (2012) sobre os níveis de confiança dos cidadãos europeus nas seguintes instituições:



Fonte: Eurobarómetro 78, 2012, :14.

Respondendo à questão anteriormente colocada, sobre a transposição dos problemas nacionais para o quadro europeu, é possível assumir de forma prematura, pelos dados estatísticos expostos, que o decréscimo abrupto da confiança na União Europeia pós-2010 é um fator não só de um descontentamento perante as políticas europeias, mas também, da situação económica em que se encontram os seus países. A União Europeia, não descurando qualquer responsabilidade que tenha tido na condução dos resgates financeiros, encontra-se numa posição frágil pela sua condição de instituição supranacional, ou seja, problemas do foro nacional dependendo da sua seriedade são comumente associados à UE. De um modo simplista, podemos afirmar que a UE sofre com as consequências indiretas e diretas das políticas dos seus Estados-membros. A este propósito *Munuz et al.* (2011) interrogaram-se na sua tese de que forma a governação complexa presente na União Europeia, com a sua vasta camada de instituições que estão em contacto direto com as instituições nacionais afetam a confiança do cidadãos, colocam em discussão a teoria da confiança compensatória, i.e. um cidadão que reside num país com níveis baixos de confiança institucional poderá tender a confiar mais nos órgãos supranacionais como compensação ao fraco funcionamento dos institutos governamentais nacionais?. Anderson (1998) defende que os cidadãos não são independentes no julgamento das instituições europeias, tendo como comparação a performance nacional e posteriormente transportam essas atitudes positivas ou negativas, dependendo da performance nacional, para o quadro político Europeu. Cuenca (2000) acrescenta que o efeito negativo pode gerar uma propensão para os cidadãos desses países apoiarem o processo integracionista Europeu com maior vigor, ao invés dos que possuem uma performance nacional positiva. Esta dualidade reforça a ideia que vários autores defendem da necessidade de avaliar os níveis de confiança na UE e respetivas instituições consoante o panorama político e económico nacional, uma vez que aí residem as fundações e pilares ideológicos que influenciam a visão que os cidadãos europeus possuem do órgão supranacional. Esta premissa irá constar nas nossas análises posteriores, onde será realizada uma divisão entre Portugal e Alemanha tendo em conta as suas variáveis socioeconómicas e políticas, pois só com uma separação é possível obter um quadro legítimo dos padrões de confiança desde 2002 a 2012 na União Europeia.

Kroknes (2013) colocou em perspetiva o impacto do Produto Interno Bruto (PIB) nos níveis de confiança. Partindo do pressuposto modelo teórico que a crise económica afeta o emprego, crescimento PIB, PIB *per capita* e PIB dívida, a autora concluiu que existe uma ligação direta com níveis baixos de confiança e a crise económica, contudo, na sua pesquisa reforça a ideia que os cidadãos não se guiam somente pelas condições económicas adversas, mas de igual forma pela atuação que a classe política atua perante as situações.

1.3 Educação e Intervencionismo/Participação Política

Baixos níveis de escolaridade e reduzida cultura cívica poderá resultar em de níveis baixos de criticismo e intervencionismo político; todavia, o inverso pode representar um desafio para os países com democracias estáveis e desenvolvidas. Norris (1999) defende que nas décadas finais do século XX a população dos países mais industrializados começaram a desenvolver um pensamento crítico sobre os ideais políticos e regimes pretendidos. Este grupo populacional é caracterizado por possuir um nível de escolaridade acima da média e, em termos políticos, pode exercer uma força (ainda que indireta) significativa no governo no sentido de aumentar a sua *accountability*³ e proceder a reformas estruturais (Norris, 1999). Newton (2001) argumenta, contudo, que não se pode generalizar a confiança. Esta é expressa de diferentes formas pelos cidadãos por razões distintas. Na teoria do autor, a confiança política é sobretudo um resultado de elementos de agregação partidária em vez de fatores socioeconómicos.

Hakhverdian e Mayne (2012), através de um estudo⁴ que relaciona os diversos níveis de educação e os níveis de corrupção (com dados extraídos do *Corruption Perceptions Index*) coligaram duas hipóteses: a primeira pretendia analisar se a população com níveis de educação elevados reagia negativamente a níveis altos de corrupção, e o oposto, ou seja, se reagiam benéficamente a níveis baixos de corrupção em contraste ao espectro populacional com menor progressão educacional. Na hipótese número dois, partindo do pressuposto que a corrupção afeta negativamente todo o espectro social, sem exceção, o impacto seria superior nos cidadãos com um nível educacional elevado. Nos resultados e conclusões apresentados, ambos os investigadores concluíram que o cidadãos

³ Por *accoutanbility* assume-se a responsabilidade ética que um determinado governo tem e assume perante os eleitores.

⁴ No estudo estão representadas 21 Democracias Europeias (Roménia, Hungria, Polónia, Grécia, Letónia, Hungria, República Checa, Portugal, Espanha, Irlanda, Eslovénia, França, Bélgica, Grã-Bretanha, Alemanha, Noruega, Holanda, Suíça, Finlândia, Dinamarca, Suécia).

com níveis superiores de educação encontram-se mais habilitados a identificar “ (...) *practices that undermine the smooth functioning of democratic institutions* (...)” (Hakhverdian e Mayne: 2012: 18) em comparação aos que possuem níveis inferiores, “(...) *whose trust in political institutions we find is unaffected by corruption.*” (Ibidem 2012: 18).

Esta tese relaciona-se com a teoria de Pippa Norris (1999), anteriormente discutida, sobre o emergir de um novo espectro social nas últimas décadas do século XX que através da educação adquiriu um conjunto de competências que lhe possibilitaram analisar de forma crítica e analítica a performance governativa, exigindo aos atores políticos que modificassem os convencionais métodos governativos, até à data caracterizados por reduzida responsabilidade política das medidas outorgadas perante o eleitorado. Numa tese de Donovan, Denemark e Bowler (2000) o cidadão crítico de Norris (1999) ao possuir, de modo geral, o seu desejo materialista satisfeito, inclinou-se para o processo político, i.e., não pretende mais ser um espectador e deseja intervir pelos meios democraticamente disponíveis que lhe possibilitem interceder no processo político. Estes autores discutem na sua tese se o intervencionismo cívico e participação política podem estar correlacionado com a confiança política, chegando à conclusão que nos países onde os Estados possuem políticas de proximidade com os seus cidadãos os níveis de confiança apresentam dados relativamente altos.

Corroborando esta ideia, Marie e Hooghe (2012) através de um estudo comparativo sobre a confiança política e formas de participação política na Europa, concluíram que a participação política verifica-se em maior número, como apurado na tese anterior, nos cidadãos que possuem níveis superiores de confiança e uma maior capacidade de compreender o funcionamento da política e processo político em geral. Todavia, quando se verifica o oposto, baixos níveis de confiança, os autores não conseguem atingir um consenso e, com base nos dados, concluem que baixos níveis de confiança motivam os cidadãos a ingressar em movimentos sociais não institucionais ao invés dos meios tradicionais de participação política, independentemente dos níveis de compreensão política.

Pode-se, por isso, assumir que níveis de baixos de confiança atuam como força impulsionadora de aglutinação de cidadãos que pretendem unir-se através de um movimento cívico que lhes possibilite, transversalmente ao seu conhecimento do processo político, demonstrar os seus desejos de mudanças do funcionamento político e

institucional e, ao atuarem sobre a alçada de uma força coletiva fornece-lhes maior visibilidade e impacto.

A este propósito, Verba et.al (1993) enfatiza a importância da educação na participação política pelas competências que proporciona ao cidadão, i.e., uma aptidão superior de adquirir informação política relevante que posteriormente direciona para o campo da responsabilidade cívica ou atividades políticas, quer de forma direta ou indireta.

Ao direcionar esta problemática para o caso de estudo Europeu é possível encontrar dinâmicas correlacionais. Ronald Inglehart lançou no ano de 1970 um artigo onde discutia a relação existente entre a mobilização cognitiva e o processo de integração europeia, ou seja, de que forma contribuía para a construção de uma identidade europeia. Primeiramente deve definir-se o que se entende por mobilização cognitiva. Cognição é o processo ou faculdade de adquirir um conhecimento⁵, enquanto que mobilização é o ato ou efeito de mobilizar(-se). Ao transpor ambas as definições para o contexto político, é possível caracterizar *mobilização cognitiva* como um indivíduo que usa as suas capacidades de processar informação, neste caso política, no sentido de entender o complexo processo político e agir (mobilizar-se) em conformidade com esse conhecimento.

O processo da mobilização cognitiva é suportado e incrementado pelo nível de ensino, acesso a informação política e perceção da mesma (Gimenes, 2015). Segundo Magalhães (2006: 7) – com base no caso de estudo de Inglehart de 1970:

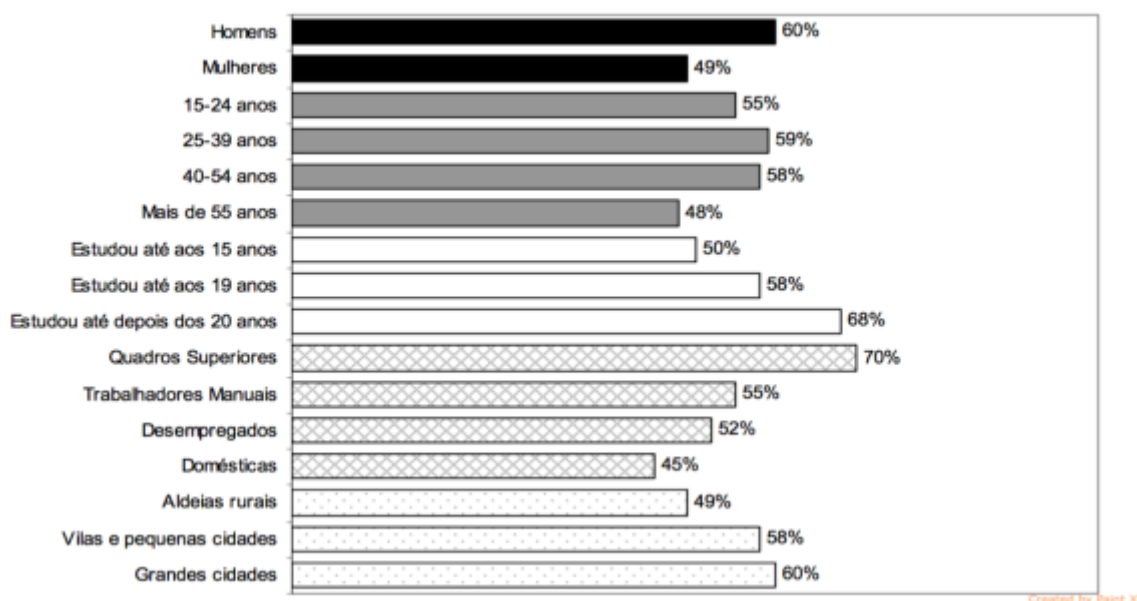
“níveis elevados de interesse e informação política são necessários para a compreensão de informação sobre um processo que, como a integração europeia, se passa a um elevado nível de abstração. Deste modo, devemos esperar que quanto maiores os níveis de mobilização cognitiva, menor será a perceção de ameaça e incompreensão sentida pelos cidadãos e, logo, maior o apoio ao processo de integração”

O termo mobilização cognitiva é também usado pela Comissão Europeia na construção de estatísticas realizadas pelo Eurobarómetro, onde são usados dois indicadores: um avalia a frequência com que os cidadãos inquiridos discutem temáticas políticas e, o outro, a propensão para persuadir outros indivíduos sobre as suas certezas políticas (Cabral, Silva, Saraiva, 2008: pág. 226). Os autores concluíram, num estudo sobre a mobilização cognitiva em Portugal que este se mostrava superior nas metrópoles

em relação ao resto do território nacional, evidenciando que a complexidade da vida cidadina se mostra como um fator relevante na construção de cidadãos com maior interesse em assuntos políticos.

A respetiva afirmação anterior pode ser reiterada com um caso prático exposto no gráfico abaixo representado realizado pelo Euro barómetro em 2007 (EB 68 Portugal / Outono);

Gráfico nº3: Dados sobre o conhecimento da UE por grupos socioeconómicos em Portugal.



Fonte: EuroBarómetro 68 Portugal, 2007

Além de confirmar a tese de Cabral *et al*, que defende a superioridade da mobilização cognitiva em metrópoles de grande densidade populacional, uma diferença de 11% entre Grandes Cidades e Aldeias Rurais, corrobora equitativamente as teses discutidas previamente sobre a importância dos anos que um determinado cidadão despendeu na sua educação e expõe a distinção nos diferentes tipos de profissões, com uma média de 15 a 20 pontos percentuais diferenciais entre os Quadros Superiores e os restantes labores representados.

A inclusão de variáveis educacionais é atualmente uma prática comum exercida por diversos órgãos que trabalham com dados de opinião pública. O Euro barómetro - instituição que será um dos pilares em termos de dados estatísticos ao longo da tese por oferecer informação detalhada sobre a temática abordada – afere variáveis

sociodemográficas em particular em temas de confiança no projeto europeu/ instituições. Na tabela N°3, abaixo exposta, estão incluídas três variáveis que correlacionam a confiança dos cidadãos na União Europeia com o conhecimento que os próprios consideram que detêm sobre o funcionamento e dos objetivos primordiais da União Europeia. Um conhecimento superior sobre a UE constitui um relacionamento direto com níveis superiores de confiança, com uma diferença bastante significativa de 25% em paralelo aos detentores de pouco conhecimento.

Tabela nº3 – Confiança na União Europeia pela percepção do conhecimento da UE

Trust in the EU by Self-Perceived Knowledge of the EU (in %, for EU15)			
....	Low knowledge	Average knowledge	High knowledge
% Tend to trust	34	52	59
% Tend not to trust	42	34	34
% Don't know	24	14	7
% Total	100	100	100
..			

Fonte: Eurobarómetro 57, 2002 :55.

Vimos que a educação ocupa um papel de relevo no quadro do intervencionismo político e responsabilidade cívica e, conforme os estudos realizados no campo da ciência política, contribui simultaneamente para um incremento expressivo na confiança sobre as instituições políticas e respetivos governos. A confiança política é o produto de um conjunto de variáveis socioeconómicas que afetam os níveis de confiança dos cidadãos.

2º Capítulo – A Moeda Única e os cidadãos

2.1 Introdução do Euro em 2002 – Níveis de Suporte e Expectativas

No seguinte capítulo será analisado o processo de introdução do Euro no ano de 2002, sendo importante proceder primeiramente a uma contextualização histórica dos eventos antecedentes que culminaram na implementação da moeda única. O Euro redefiniu o *modus operandi* da União Europeia e da sua sociedade de diversas formas e apesar de se assumir, erroneamente, que as mudanças se restringem ao palco financeiro, o impacto social é bastante significativo. A proposta de introdução de uma moeda única na União Europeia foi traçada no Tratado de Maastricht/Tratado da União Europeia a 7 de Fevereiro de 1992 onde se expôs as primeiras as diretrizes e calendário para a implementação e adesão ao Euro, que entre os diversos objetivos, regia-se pela máxima de fortalecer a ‘*Comunidade Europeia*’⁶, como exposto no Artigo Nº2 :

“A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma União Económica e Monetária e da aplicação das políticas ou ações comuns a que se referem os artigos 3.º e 3.º-A, promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de emprego e de protecção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-membros.” (Tratado União Europeia, 1992: 11)

O processo continuou os preparativos para a introdução da moeda no mercado financeiro ao longo dos 10 anos subsequentes e a 1 de Janeiro de 2002 o Euro entra legalmente em vigor na economia de 12 Países da UE: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Grécia.

⁶ O tratado de Maastricht oficializou a mudança da expressão “*Comunidade Económica Europeia*” para “*Comunidade Europeia*”.

O momento foi caracterizado por grande expectativa suportada nas promessas dos atores políticos europeus que aclamavam os inúmeros benefícios que iria auferir à economia europeia. Tornaria a UE numa economia de mercado mais competitiva, facilitaria as trocas comerciais entre as empresas dentro da UE e transportaria além-fronteiras a mensagem de uma Europa fortalecida e unida. O projeto apelava a uma maior união entre as nações Europeias quer a nível económico como social. No Artigo N°102. - A, está implícito a necessidade de cooperação mútua entre os países envolventes no palco económico;

“Os Estados membros conduzirão as suas políticas económicas no sentido de contribuir para a realização dos objetivos da comunidade (...). Os Estados membros e a Comunidade atuarão de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência” (Tratado União Europeia, 1992:24)

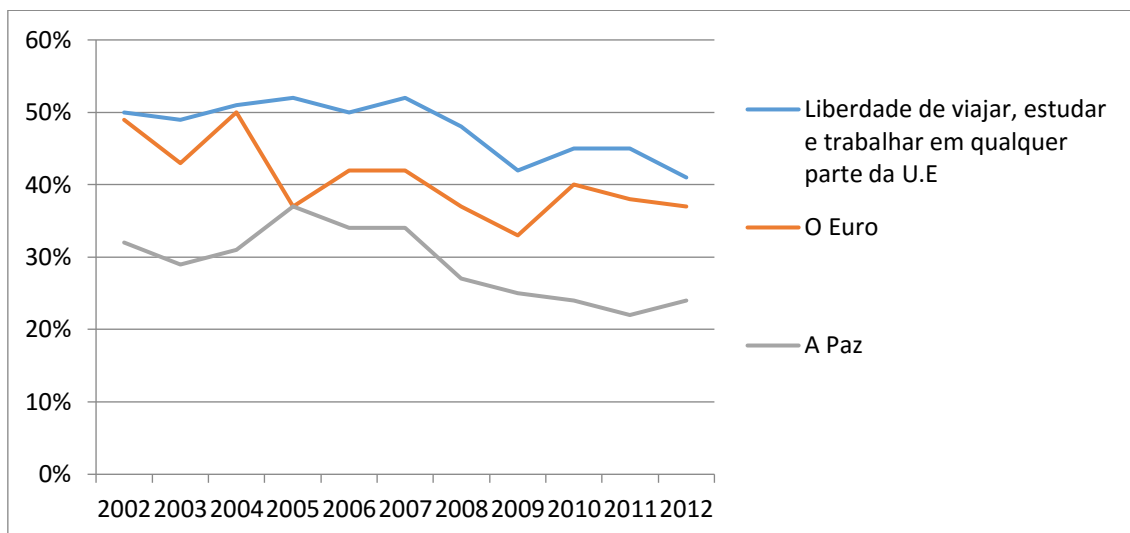
2.2 Suporte público na Moeda Única

A correlação existente entre o uso de uma unidade monetária e a necessidade de aprovação dos cidadãos é similar à correlação entre confiança política e estabilidade governativa. Desde a sua implementação a 1 de Janeiro de 2002, o Euro tem sido submetido a vários estudos que abordam essa correspondência acima referida. Para que ocorra uma inserção da moeda num mercado composto por 12 nações, 325 milhões de pessoas que utilizam 12 unidades monetárias divergentes é primordial que exista, no mínimo, uma maioria populacional que esteja disposta à mudança. Moro (2013) afirma que a confiança social está implícita ao uso de uma unidade monetária. Corroborando Moro, encontra-se Roth et.al (2015) que identifica um nível elevado de suporte público como fator intrínseco à estabilidade e bom funcionamento de uma unidade monetária.

No caso do Euro, dado a especificidade e complexidade cultural e económica que está inserido, o apoio público revela-se fulcral para a manutenção saudável da moeda e, apesar de se inserir numa temática divergente, o próprio projeto Europeu, que almeja cada dia mais integração pelos seus porta-vozes, encontra presentemente na moeda única uma das suas fundações basilares. Nos gráficos consequentes estão expostas duas sondagens

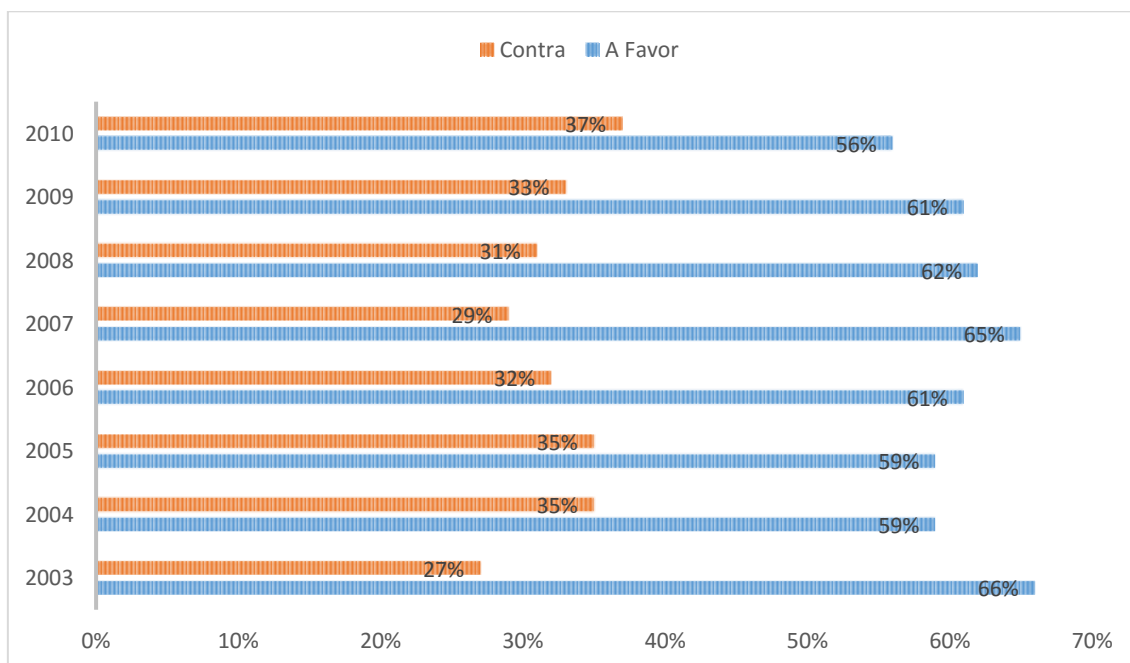
realizadas pelo Euro barómetro, uma acerca do significado da UE para os cidadãos e a segunda sobre o apoio à moeda única desde 1999 a 2009.

Gráfico nº4 - Opinião Pública sobre o significado da UE 2002-2009



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do Eurobarómetro: 55, 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72, 75, 77.

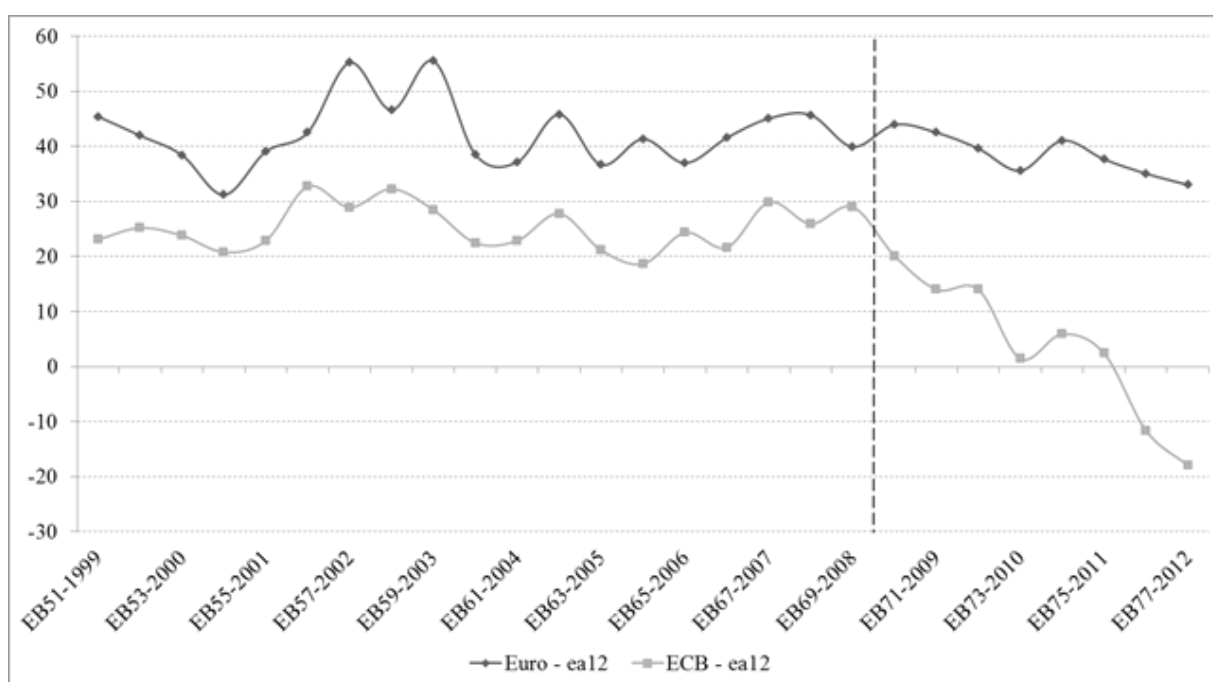
Gráfico nº5: Apoio à moeda única 1999-2009



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do Eurobarómetro: 55, 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72, 75, 77.

Ambos os gráficos (n. °4 e n. °5) espelham o apoio à moeda única e a relevância que detêm no quotidiano dos cidadãos ao demarcar-se como segundo elemento que mais relevo tem na conceção de União Europeia para os Europeus, ultrapassando a Paz. Interessante de observar que o apoio se tem mantido favorável inclusive no despoletar da crise em 2008, altura que seria de esperar um incremento no desagrado com a moeda. O que leva os Europeus a depositarem níveis elevados de suporte na moeda ao mesmo tempo que as restantes instituições europeias têm uma queda generalizada de confiança? Banducci *et.al* num estudo de 2009 analisou com base em fatores económicos as razões que expliquem, como refere, o aparente entusiasmo de 2002 a 2007 de apoio público da moeda única. A conclusão indica que parece haver uma ligação direta com o suporte do Euro com fatores de natureza económica (PIB, Inflação, desemprego, défice). A existência de uma moeda forte em relação ao dólar norte-americano exhibe-se igualmente como relevante nos dados de suporte da moeda, ao encontro da teoria que a existência de uma economia e moeda forte tem implicações positivas nos níveis de suporte (Idem: 1). Felix Roth *et.al* (2012) examinou o impacto da crise nos níveis de suporte da moeda única. Uma conclusão interessante, indo de encontro com outros casos de estudo, é a relativa estabilidade dos níveis de confiança do Euro ao invés das outras instituições, como o BCE (Banco Central Europeu). No gráfico N°6 pode-se observar a confiança no BCE e suporte do Euro desde 1999 a 2012 nos 12 países da zona euro, a comparar ambos, é notável a estabilidade e o reduzido impacto que a crise no gerou no apoio ao Euro, algo que contrasta com a confiança no BCE que entre 2008 a 2012 enfrentou uma queda abrupta a rondar os 40%. Os europeus exibem através destes dados a vontade de continuarem a usar a moeda única, não a culpabilizando pelo erodir da crise. Porventura, o BCE como organismo responsável pelas atividades financeiras europeias sofreu as consequências da crise, mostrando que os cidadãos estão descontentes com as políticas por estes outorgadas. Roth *et.al* (2012) concluem, “(...) *the presente support for the euro should be viewed as an asset for European policymakers facing difficult choices to improve the workings of the euro area.*” (Roth et al., 2012)

Gráfico n.º 6 – Confiança geral no BCE e Suporte no Euro (1999-2012)



Fonte: Felix Roth et al. 2012.

A queda de confiança numa instituição como o BCE, pilar para o bom funcionamento e estabilidade financeira da zona europeia é particularmente gravoso. O próprio BCE e os seus líderes têm consciência da importância de assegurar níveis estáveis e preferencialmente altos de confiança na instituição bancária. Um estudo lançado em 2012 pelo BCE, com a autoria de Michael Erhman, Michel Soudan e Livio Straac, pretendia analisar os diferentes níveis de confiança dos cidadãos em tempos de crise e em tempos normais. Os próprios reconhecem que a relação de confiança entre cidadãos e instituições – financeira neste caso- é positivo no sentido que “*if (especially high-profile) public institutions are trusted and a reputation for integrity, this can set a good exemple for the other better public institutions, as well the private sector. In a nutshell, more trust leads to better functioning public institutions*” (Erhman *et.al*, pag.4). As conclusões corroboram outros estudos (ver Roth. 2012 e 2015) uma vez que de facto, o BCE desceu de forma generalizada no seio populacional. Todavia, uma variável incluída no estudo sobre o ‘*conhecimento do BCE*’ mostrou que os indivíduos que se assumem conhecedores das tarefas do BCE possuem níveis superiores de confiança. Estes dados relacionam-se com os dados obtidos por Roth *et.al* (2012: 23) que no seu estudo, quando introduziu uma variável de ‘*percepção da inflação*’, ou seja, a ideia que o público tem dos valores da

atual inflação em contraste com os valores reais. O resultado mostrou que a percepção vs. realidade influencia negativamente os níveis de confiança. Esta dicotomia merece particular reflexão, uma vez que evidencia que o conhecimento de matéria a nível económico é geralmente reduzido. Erhamn *et.al* deixa o apelo que se fortifique e aproxime a ponte entre as instituições económicas e os cidadãos. Essa dicotomia, que pode ser aclarada através de níveis de interesse, anos de escolaridade, idade, tendências políticas, pode ser igualmente analisada de outro prisma.

Capella (2012) ao analisar o caso alemão em matéria de confiança nas políticas redistributivas na União Europeia pós-crise, incluiu quatro variáveis (imprensa, afeto, valores e performance) que considera terem implicações diretas nas decisões dos cidadãos. Os media a nível europeu constituem-se como os principais meios de difusão de informação política e económica. Capella evidencia que os Europeus depositam elevada credibilidade na informação que estes outorgam. O sensacionalismo presente nos títulos do jornalismo atual tende a sobrepor-se à informação factual. Capella denota que títulos como “*ECB suffers credibility low*” do Deutsche Welle’s e “*German aid for Spanish Banks*” do Neue Zürcher Zeitung, tendem a denegrir a imagem do BCE e colocam em destaque os elevados custos que a Alemanha tem de suportar. Em suma, estes e outros títulos presente na imprensa, não só na Alemanha, tendem a influenciar “(...) *public perceptions of the crisis, wich in turns affect trust*” (Ibidem: 40).

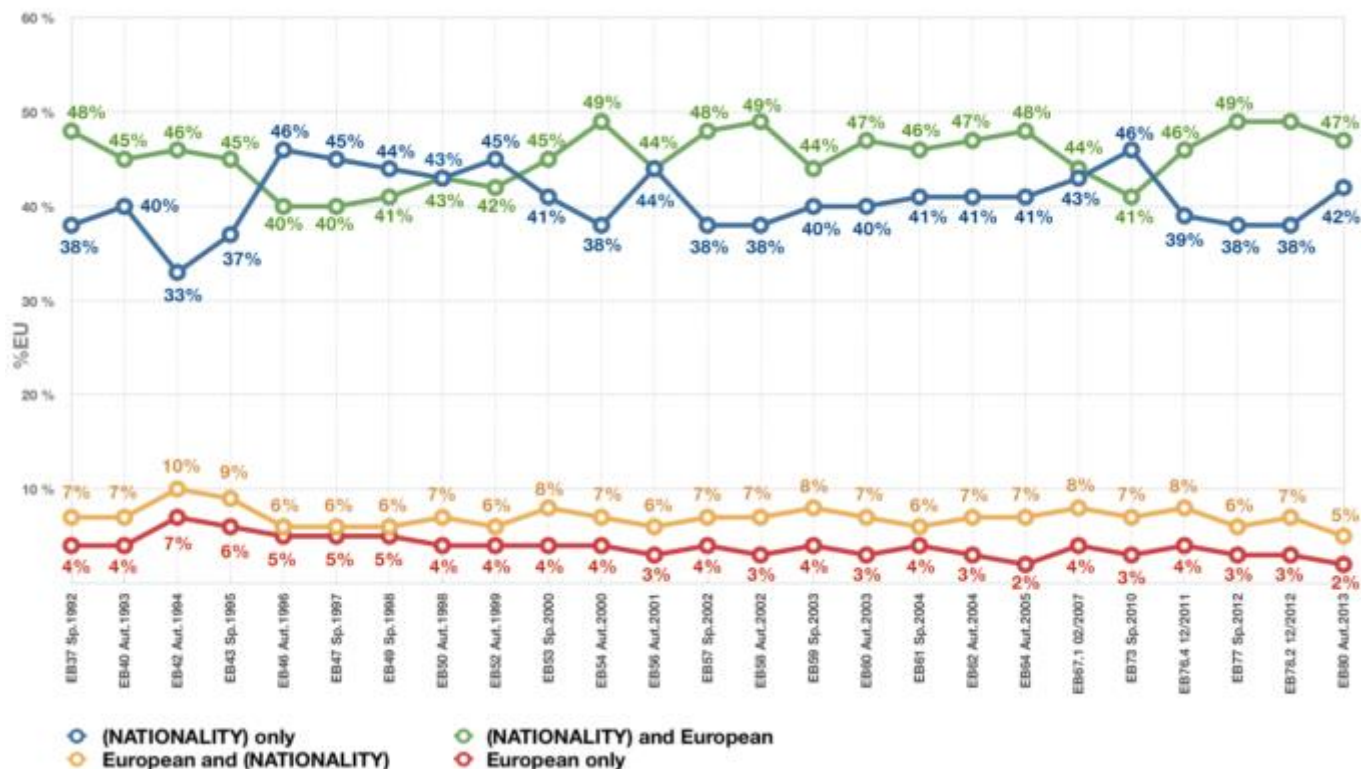
2.3 Correlação entre suporte no Euro e o futuro da União Monetária Europeia

As políticas económicas apresentam-se atualmente em primeiro plano na política Europeia. Essa crescente ligação é uma casualidade da conjuntura que adveio da crise de 2008 e redefiniu a política da comunidade económica europeia. Banducci (2003) considera que níveis elevados de suporte na moeda única são um pré-requisito para sucesso da união monetária como também para o fortalecimento da integração na União Europeia. A moeda única, como aclarado nas páginas acima tem o poder, dado a estabilidade que manteve desde a sua implementação, de atuar como força aglutinadora dos Estados-membros, especialmente em alturas de crise. Roth (2015) vê no suporte do Euro um dos mais elementos mais importantes para a sobrevivência não só da União

Monetária como o gradual processo integracionista. A componente ideológica é um fator extramente relevante na EU; todavia, esse componente precisa de alicerces sólidos que assegurem prosperidade e unidade ao projeto europeu, atualmente a moeda única sobressai-se como número um. Se compararmos o suporte debitado no Euro com as restantes instituições é concebível afirmar a importância do Euro como trunfo político que pode e deve ser utilizado de forma a aglutinar as nações da zona euro.

A desconfiança no BCE exhibe insatisfação por parte dos cidadãos na forma que os líderes do Banco Central Europeu conduziram a crise da dívida europeia e nas medidas outorgadas com vista a estabilizar a zona económica europeia, medidas que afetam os países “devedores” e os “credores”, isto é, os primeiros mostram-se descontentes com o elevado nível de austeridade com restrições e impacto direto no seu dia-a-dia; os credores, principalmente os países da Europa do norte e central, criaram uma certa aversão aos países periféricos da zona Euro, aversão com raízes profundamente estereotipadas. A crise analisada do ângulo sociológico foi promotora de cismas sociais na sociedade Europeia. Roth (2015) confirma que a crise financeira veio acentuar as diferenças culturais na complexa coletividade europeia. As tensões regionais (Capella, 2013) promovem o distanciamento de um dos fundamentos da União Europeia: a criação de uma sociedade de nações assente no fomento económico através de uma economia de mercado livre que se sustentaria pela ideia de uma ‘identidade Europeia’. Porém, estará realmente o sentimento de ‘identidade Europeia’ em declínio? O gráfico nº 7 releva que o sentimento de identidade nacional e europeia desde 1992 a 2013 não tem sofrido grande mudanças, o gráfico mostra relativa estabilidade ao longo das duas décadas. Interessante de observar que em 2002, ano da introdução da moeda única no mercado europeu o sentimento de “(National) and European” subiu de 44% para 48% e o sentimento de “(National) only” observou uma descida de 7 pontos percentuais. Entre 2002 e 2007 os Europeus sentiam-se maioritariamente Nacionais e Europeus, com uma média superior entre 10 e 6 % em relação à identidade exclusivamente nacional. A queda em 2007 pode ser explicada pela crise financeira, tendo atingido mínimos históricos em 2010, de 41%, valores registados somente entre 1996 e 1998. Todavia a recuperação foi relativamente célere e desde 2011 que a curva percentual voltou a crescer, estabilizando com níveis superiores a 46%. Os dados entre 2002 e 2007 podem igualmente ser explicados pelo Euro, corroborando diversos autores como que consideram que a moeda contribuiu para fortalecer a confiança no projeto europeu.

Gráfico n. 07 – “Do you see yourself as....?”



Fonte: EuroBarómetro 80, 2013

Respondendo à questão previamente colocada, pode-se com base no gráfico n. 07 argumentar, prematuramente, que o sentimento de ‘identidade europeia’ não se encontra em declínio e a introdução do Euro mostra evidências de contribuir para fortalecer essa ideia de comunidade entre as diversas culturas presentes na UE. Porém, não deixa de ser de menor importância que o sentimento nacional precede o europeu. Se a Europa e os seus líderes quiserem maior integração nos anos subsequentes, terá que ser realizado um esforço de âmbito social e cultural com vista à aproximação das diferentes culturas e suprimir estereótipos que prejudicam esse objetivo.

3º Capítulo – Estudo de Caso: A Crise económica e a confiança política em Portugal e na Alemanha

3.1 Objetivos e Metodologia

Portugal e Alemanha serão os dois países objeto de estudo neste trabalho, onde se pretende, através da análise de dados estatísticos de confiança política em ambos, obter resposta à problemática central da dissertação, procurar obter resposta às oscilações de confiança que tem pautado a União Europeia na última década e asseverar se variáveis económicas contribuem para essas flutuações.

A escolha destes dois países surgiu pelo interesse e desafio de confrontar dois Estados que apresentam níveis económicos totalmente divergentes, mas também, pelos diferentes níveis de impacto que a crise financeira deteve em ambos os países. Tendo por base os modelos teóricos anteriores pretende-se analisar os níveis de confiança dos cidadãos portugueses e alemães na União Europeia, em duas das suas instituições: Parlamento Europeu (PE) e Comissão Europeia (CE). A escolha específica destas duas instituições, deve-se ao impacto social e económico que estas geram nos países-membros europeus.

Para proceder a uma análise comparativa e dinâmica dos dois países é necessário um conjunto de dados estatísticos que percorram de forma sistémica e metódica os doze anos analisados, 2002-2012. O EB (Eurobarómetro) e o ESS (European Social Survey) apresentam-se como as escolhas naturais: o primeiro oferece dados estatísticos bianuais, o segundo procede à recolha de dados de dois em dois anos. Complementarmente serão utilizadas outras fontes de informação alternativas que se apresentem relevantes à discussão, como por exemplo o INE (Instituto nacional de estatística), PORDATA e World Bank.

3.2 – A introdução da Moeda única e a confiança nas instituições

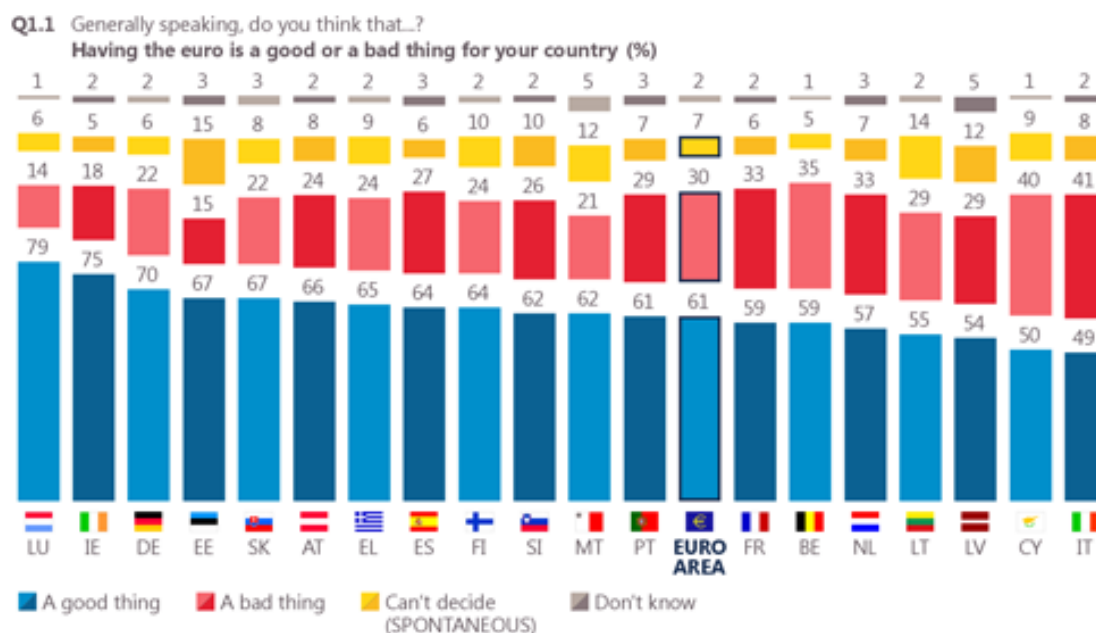
1º - A introdução do Euro em 2002 provocou um aumento significativo da confiança na União Europeia e instituições.

A correlação entre a moeda única e a confiança na UE e respetivas instituições, ao contrário do caso de estudo número um, vai abordar os 12 países membros que aderiram à moeda no ano de 2002, no entanto o estudo será fortalecido com os casos de Portugal e Alemanha. Como previamente discutido ao longo do capítulo número dois, a introdução da moeda única em 2002 foi o culminar de um processo que iniciou oficialmente nos finais da década de 1980. No capítulo dois observou-se a confiança na moeda única num quadro geral dos países aderentes, no capítulo pretende-se proceder a um estudo individual, porque somente através de uma análise singular se pode perceber a real dimensão do suporte na moeda única e simultaneamente construir um quadro das dicotomias existentes entre os vários países europeus. Banducci (2012) alegava que uma das causas do forte suporte demonstrado pelos cidadãos se deve à presença de uma moeda forte em comparação ao dólar, o que também pode ter gerado um incremento no suporte dos países que possuíam uma moeda mais fraca, todavia a base factual não é satisfatória para se afirmar com clareza esta teoria.

O suporte na moeda única exhibe um panorama bastante adverso, especialmente nos anos após a crise, em comparação com os níveis de confiança nas instituições, esta prima pela relativa estabilidade desde a sua introdução até aos dias de hoje (Guiso et al. 2014).

O gráfico N°8 é o resultado de um questionário Eubarómetro do outono de 2015, onde se perguntava aos participantes se *ter o Euro era uma coisa boa ou má para o seu país*. Uma irrefutável maioria respondeu que era uma coisa boa, com uma média de 61% ao longo dos dezanove países, inclusive os países onde se esperava um decréscimo acentuado, particularmente os países que necessitaram de solicitar regates (Portugal, Grécia e Irlanda), apresentam valores acima de 60%. O Euro consegue alcançar um consenso positivo no seio da população dos países que usufruem da moeda única. Roth (2015) vê na moeda única um pilar importante para recuperar a confiança nas instituições europeias.

Gráfico N° 8 - Ter o Euro no seu país é uma coisa boa ou má?



Fonte: Comissão Europeia (2015)

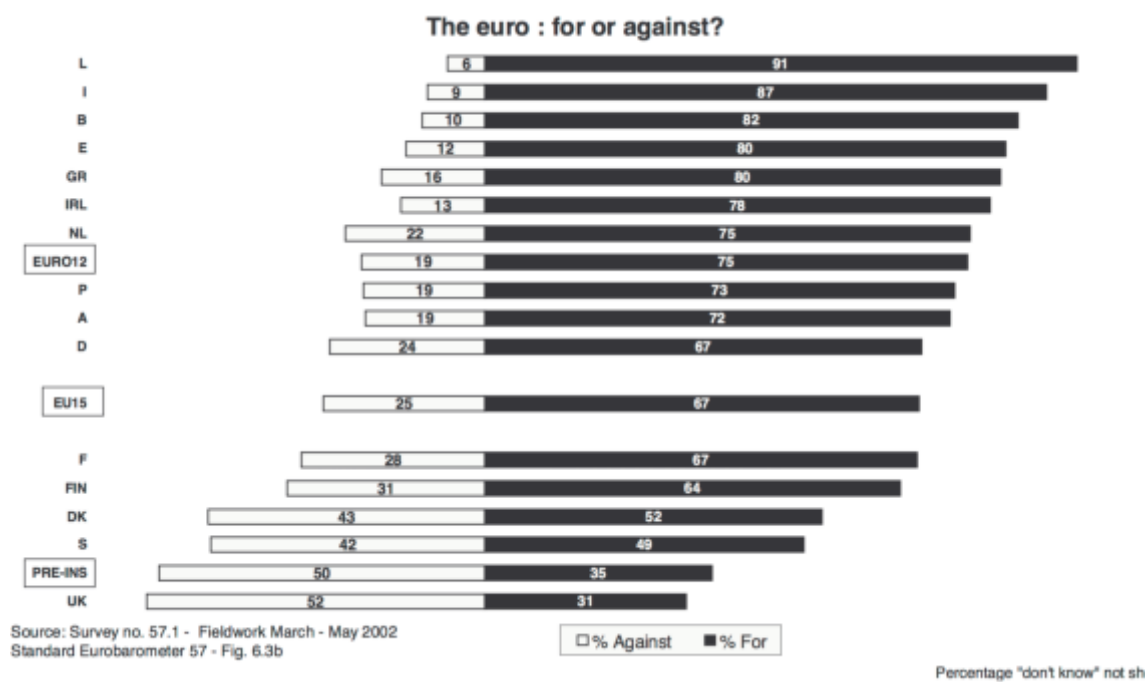
O que nos interessa extrair dos níveis de confiança e suporte na moeda única é se este suporte teve algum impacto na confiança das instituições europeias. Para tal põe-se a seguinte questão: pode-se afirmar se existe uma correlação entre os níveis de suporte na moeda única nos anos subsequentes à sua introdução em 2002 e a confiança nas instituições previamente analisadas?

Num estudo de 2007, Mathias Kaelberer estabelece uma ligação interessante entre a influencia que a moeda única tem e pode vir a ter no processo de integração europeia. Na opinião de Kaelberer é crucial compreender a relação entre dinheiro e confiança porque, a seu entender, o dinheiro é um *social constructor* (Ibidem). Um construtor social dependente de diversos fatores políticos e económicos que interferem diretamente nos níveis de confiança que os cidadãos possam ter da moeda. Se perspetivarmos a questão num quadro supranacional, a importância da confiança adquire um peso especial pela dimensão populacional que esta abarca, mais concretamente 337,5 milhões de cidadãos europeus e, enquanto o fator da confiança é mais fácil de atingir numa nação com uma herança cultural a nível político e social, uma moeda supranacional proveniente de um corpo governativo relativamente recente padece dessa herança histórica (Ibidem).

No gráfico nº9, proveniente de um estudo do EB 57 de maio de 2002, apenas três meses após a introdução do Euro, é expressivo uma maioria populacional a favor da moeda única, com o Luxemburgo no topo da lista com uma percentagem de 91% a favor,

seguido da Itália com 87% e Bélgica com 82%. Portugal, um pouco mais abaixo na tabela consta com 73% a favor e Alemanha com 67%. Incontestavelmente, excetuando o Reino Unido com apenas 31% a favor e a Suécia com 49%, a generalidade dos europeus no ano de 2002 apoiava a introdução da moeda única.

Gráfico N°9 – O Euro: a favor ou contra? (2002)



Fonte: Eurobarometro 57 (2002)

Se confrontarmos os dados de 2002 com os dados de 2010 (ver gráfico N°10), dois anos após a crise financeira de 2008 é possível denotar oscilações significativas nos níveis de confiança. A Itália que se encontrava em maio de 2002 como segundo lista, com 87% a favor em 2007 regista apenas 63%, na generalidade houve uma descida no suporte do Euro, todavia excluindo o a Dinamarca, Suécia e o Reino Unido, nenhum outro-estado membro apresenta níveis de suporte negativos. Portugal também registou uma descida significativa de 73% para 53% a favor, a Alemanha em contrapartida registou uma quebra de 10%, passando de 72% para 62% em 2010.

Gráfico N°10 – Tem que haver uma UME (unidade monetária europeia) com apenas uma unidade monetária: contra ou a favor? (2010)



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do Eurobarómetro Interativo, 2010.

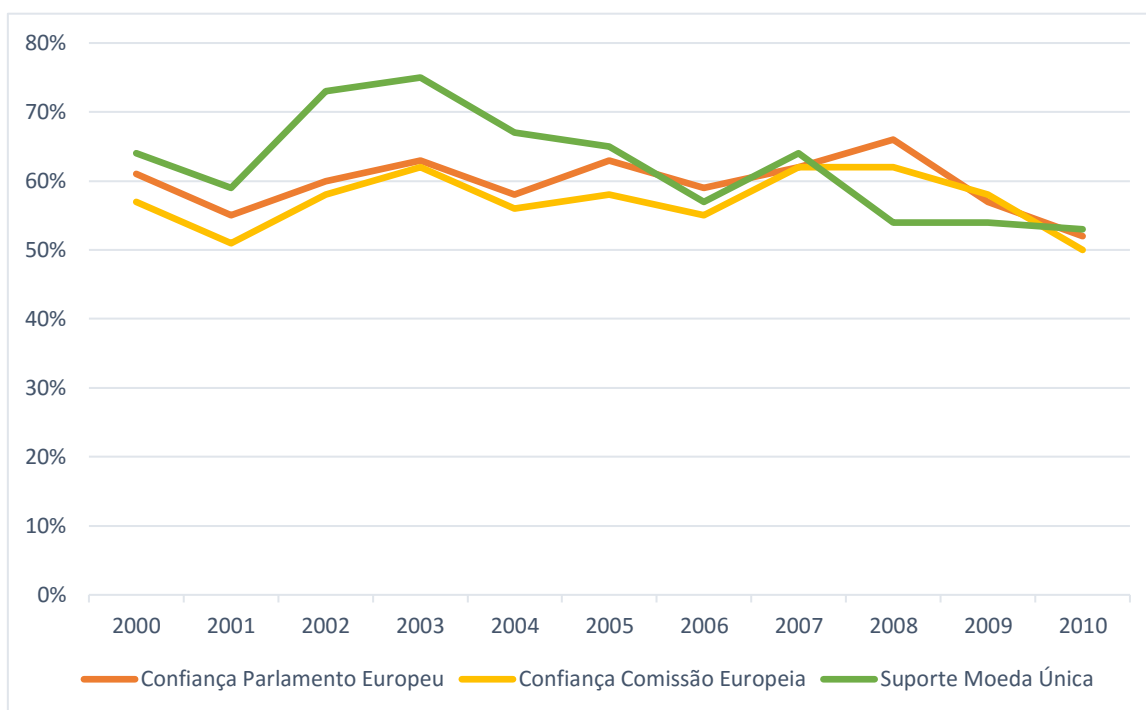
Nos gráficos ulteriores, nº11 e 12 encontram-se expostos os dados estatísticos sobre o suporte da moeda única no ano de 2002 em comparação com os níveis de confiança no Parlamento Europeu e Comissão Europeia tanto para o caso Português como para o caso Alemão. Neste caso, para poder estabelecer uma ligação entre a introdução do Euro com um aumento de confiança nas instituições Europeias é necessário adicionar dados estatísticos prévios a 2002, como tal o gráfico inclui o ano de 2001 e 2000.

Em ambos os gráficos são evidentes as ligeiras subidas dos níveis de confiança em ambos os países e, essa acentuação denota-se principalmente no ano de 2002 e 2003. Os portugueses no ano de 2001 registaram 55% de confiança no parlamento e comissão europeia e 59% na moeda única, no primeiro semestre de 2002, ou seja, nos meses a seguir à implementação do Euro, a confiança neste registava 73% e a confiança no Parlamento europeu subiu 5 pontos percentuais e a Comissão 7 pontos percentuais, em 2003 assistimos novamente a um acréscimo da confiança nas três variáveis, tendo o Euro atingido o valor mais alto dos dez anos em análise, 75%, as instituições europeias acompanharam o crescimento, tendo o PE registado 63% e a CE 62% e, curiosamente, no ano seguinte entram as três em declínio e, apesar de não ser acentuado, uma das explicações pode ser uma perceção que se alastrou nos países aderentes sobre o aumento dos preços com o Euro.

No seu homólogo europeu, a Alemanha, pode-se encontrar um registo bastante semelhante, entre 2000 e 2002 observou-se um aumento de 8% na comissão europeia, de

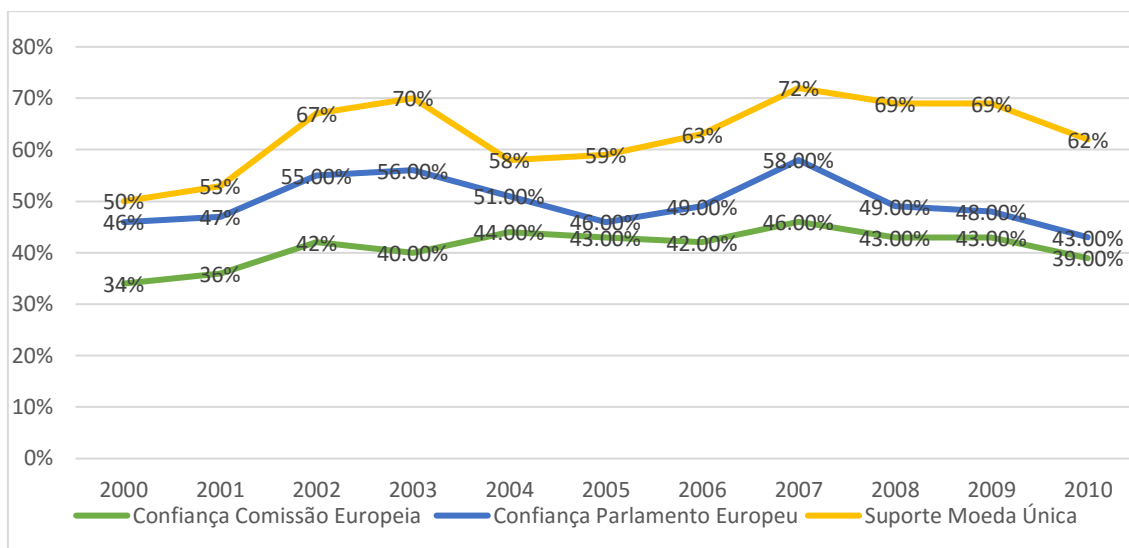
34% para 42% e o parlamento registou um incremento de 9%, de 46% para 55%, enquanto a moeda única marcava 67% em 2002. Em igualdade com o caso português, o ano de 2003 registou um aumento de suporte no Euro e parlamento europeu, contudo uma subida muito menos significativa, com apenas 1% no PE, 3% para a moeda única e a CE apresentou uma descida de 2%.

Gráfico N°11 – Suporte na Moeda Única em comparação com a Confiança no Parlamento europeu e Comissão europeia de 2000 a 2010 (Portugal)



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do eurobárometro : 50 , 52, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72.

Gráfico N°12 - Suporte na Moeda Única em comparação com a Confiança no Parlamento europeu e Comissão europeia de 2000 a 2010 (Alemanha)



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do eurobárometro : 50, 52, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72.

Interessa destacar que, de facto, se observa uma correlação positiva entre a introdução do Euro e um aumento da confiança nas instituições europeias e, apesar de os dados não serem suficientes para confirmar uma interdependência numa escala europeia, os dados evidenciam uma forte possibilidade desta relação se estender a outras nações europeias. Outro elemento a salientar é a notável aprovação do Euro pela maioria dos cidadãos, não só nos anos após a sua introdução e nos anos que se precederam, nenhuma outra instituição gozou de um depósito de confiança tão expressivo e estável por um período tão longo (Felix Roth, 2012). Inclusive ao longo da crise de 2008, como podemos observar nos gráficos iniciais deste caso de estudo e também nos gráficos do capítulo dois, a moeda mostrou uma forte resiliência e manteve médias de suporte bastante animadoras. Não será seguramente em vão que os europeus quando questionados sobre o significado da UE coloquem o Euro em segundo lugar, à frente da paz e atrás de Liberdade.

3.3 – A relação entre a crise económica e confiança política

2º - A crise financeira afetou com mais severidade os níveis de confiança nas instituições nacionais (Governo e Parlamento) e europeias (Comissão e parlamento) em Portugal em comparação à Alemanha.

A crise financeira que afetou a Europa em 2008 tem as suas raízes na crise dos *subprime* no primeiro semestre de 2007 e, segundo Moedas (2000), deixou de ser uma crise que atingia somente as periferias – como as crises antecedentes, exemplo da Ásia (97-98), Brazil/Argentina (2000-01) e na própria Europa as crises que afetaram os países periféricos na década de 1980 e 1990 – para afetar o núcleo mundial do sistema financeiro, os Estados Unidos da América. Priewe (2010) afirma que a crise económica e financeira e, em particular as suas causas, não são compreendidas pelos media, nem pelos políticos ou meios académicos. Uma das razões para tal consiste no facto de ainda hoje não existir concordância nas causas estruturais que provocaram o fenómeno global que se alastrou a uma escala sem precedentes, apenas comparada à Grande Depressão de 1931 (Eigner, Umlauf, 2014); (Merrouche e Nier, 2010), (Verick e Islam, 2010). Priewe (2010) refere que os académicos centram a sua análise primariamente no sector financeiro, onde o discurso se divide em diversas causas: a) na falta de supervisão das autoridades competentes de controlarem os mercados e procurar irregularidades, b) na crescente desregulação do sistema financeira iniciado na década de 1970 nos Estados Unidos, c) na facilidade e no excesso de empréstimos. Não compete a esta dissertação responder a estas dúvidas sobre a crise que, apesar de oito anos desde o seu despoletar, ainda é objeto de análise constante. Todavia, interessa para o nosso trabalho, e para responder à Hipótese 2 em particular, avaliar o impacto desta crise -considerada única por Gütersloh (2015) pela “*depth, its speed and its global-etanglement*” – na confiança dos cidadãos nas instituições da União Europeia.

Ambos os países, Portugal e Alemanha serão submetidos e analisados individualmente e, posteriormente, será realizada uma comparação com base nos dados estatísticos dos dois.

3.3.1 Caso Português: causas e consequências da crise

“(...) a country in serious trouble, with anaemic growth of productivity, very low economic growth, a large budget deficit and the likely prospect of competitive disinflation (Blanchard, 2006).

Foram estas as palavras de Olivier Blanchard, economista-chefe do FMI (Fundo Monetário Internacional) de 2008 a 2015, sobre o estado da economia de Portugal no ano de 2006, dois anos prévios ao choque inicial da crise financeira. O seu discurso retrata um país que se encontrava debilitado e com uma elevada disparidade a nível económico com os seus homólogos Europeus. Um país que, como analisou Gyorff (2013), não procedeu a reformas estruturais no quadro fiscal na década de noventa e que na sua perspetiva resultou no agravamento progressivo dos problemas já existentes. O resultado desse adiamento levou a que o país acarretasse consigo essas dificuldades sem que políticas reformistas tivessem sido outorgadas. Paulo Pedroso assevera, num estudo de 2014, que Portugal no ano de 2008 viu-se confrontado com uma crise que não tinha meios para controlar ou conter os seus efeitos secundários, que se mostraram nefastos nos vários níveis do quadro social, político e económico. Nos dois gráficos inferiores estão expostos dois indicadores económicos que ajudam a compreender a situação económica do país previamente à crise e nos anos subsequentes à crise. No gráfico N° 13 é visível a vertiginosa queda no ano de 2008 de -3,8% para -9,8% em 2009 e -11,2% em 2010, entrando a partir de então numa curva ascendente que termina em 2012 com -5,7%. Porém, se remetermos o foco para os anos que precederam a crise de 2008 somos expostos a baixos níveis de crescimento económico que, alicerçado a um défice negativo, contribuíram em larga escala para uma maior despesa pública que teve implicações gravosas no aumento da dívida, de 48 para 68.3 do PIB desde o ano 2000 a 2007 (Pereira e Wemans, 2012). Reis (2013) examinou a economia Portuguesa de 2000 a 2007 e encontrou inúmeros indícios de uma economia débil que indicava problemas de crescimento económico, desemprego a subir e, simultaneamente, uma política salarial que não era compatível com o declínio da competitividade nacional. Estes sinais alarmantes foram encobertos e as autoridades governativas, apesar dos avisos de economista, não implementaram as reformas necessárias para reestruturar o país (Reis, 2010). Contudo, vários economistas sugerem que as crises, com base em observações

passadas, são promotoras de mudanças a nível de políticas económicas por revelarem os erros passados, em particular, a insustentabilidade das políticas em vigor (Noord et.al. 2009).

Portugal foi palco da veracidade desta teoria. Nos anos seguintes foram implementadas um conjunto de reformas que, segundo um estudo da OCDE em 2013 pretendiam restaurar a sustentabilidade das finanças públicas, reformar o sistema fiscal e laboral, restaurar a competitividade, etc. Parte das políticas reformistas foram encetadas e coordenadas pela *Troika*⁷, órgão encarregado de supervisionar o resgate financeiro solicitado por Portugal em abril de 2011, comumente designado de Programa de Assistência financeira. O resgate financeiro conduziu o país para um rígido programa de reformas com objetivos concretos para serem atingidos nos anos vindouros. As políticas de austeridade⁸ implementadas em Portugal tiveram um impacto social e político profundo e fraturante nos vários sectores da sociedade e no próprio corpo político. Espera-se que o impacto social do resgate tenha contribuído para uma descida expressiva nos níveis de confiança dos Portugueses nas instituições Europeias, com acentuação na confiança em instituições nacionais.

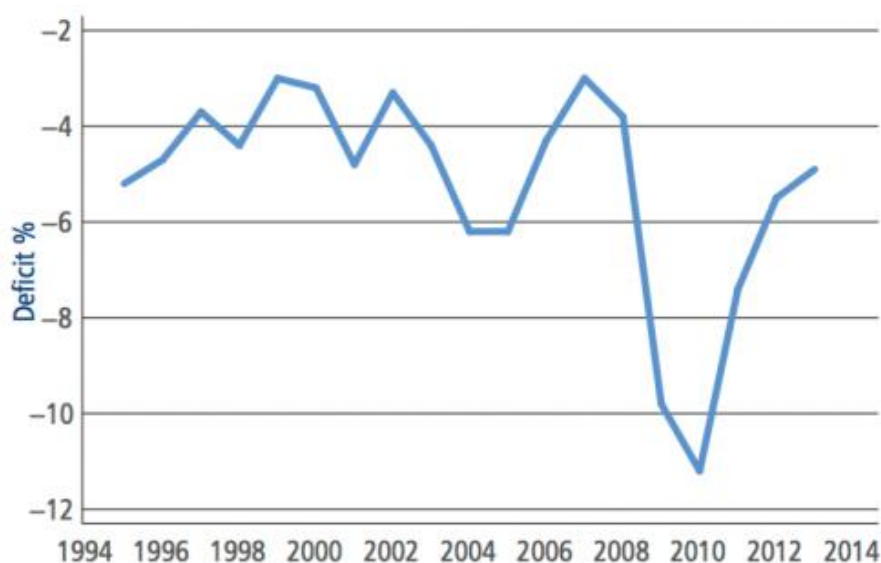
De modo a proporcionar um quadro geral dos níveis de confiança nas instituições Europeias e nos órgãos nacionais em Portugal durante os anos da crise e do impacto que esta deteve no corpo social, é necessário designar um conjunto de eventos que tenham desempenhado um papel crucial na alteração, positiva ou negativa, dos indicadores de confiança. No caso português sobressaem-se dois eventos: a) crise de 2008, b) resgate financeiro de 2011.

No caso a) e b) será efetuada uma comparação dos níveis de confiança dos cidadãos portugueses nas instituições europeias e instituições nacionais com dados económicos, nomeadamente o défice, crescimento económico e dívida pública, para desta forma analisar se a clivagem que se denota no quadro económico, abaixo representado, se transporta para os níveis de confiança.

⁷ Termo que designa os três órgãos -*Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia*- que coordenaram os regastes financeiros aos países europeus.

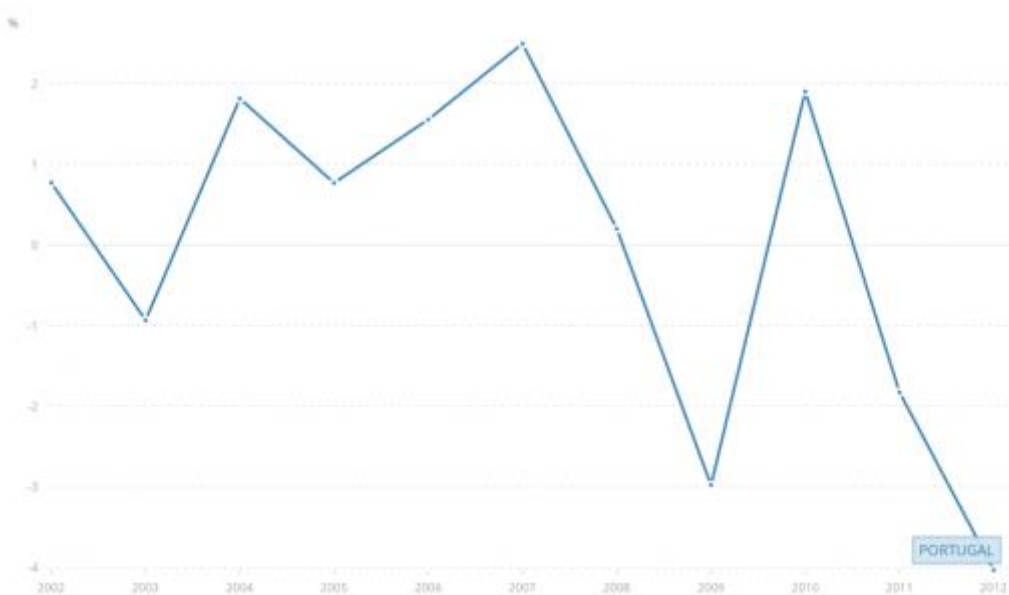
⁸ No ano de 2011 a palavra Austeridade foi considerada “palavra do ano” pelos portugueses numa votação anual protagonizada pela Porto Editora.

Gráfico N° 13- Déficit em % do PIB de 2002 a 2014 em Portugal



Fonte: Portugal, P. (2015)

Gráfico N° 14 - Crescimento Económico de 2002 a 2012 em Portugal

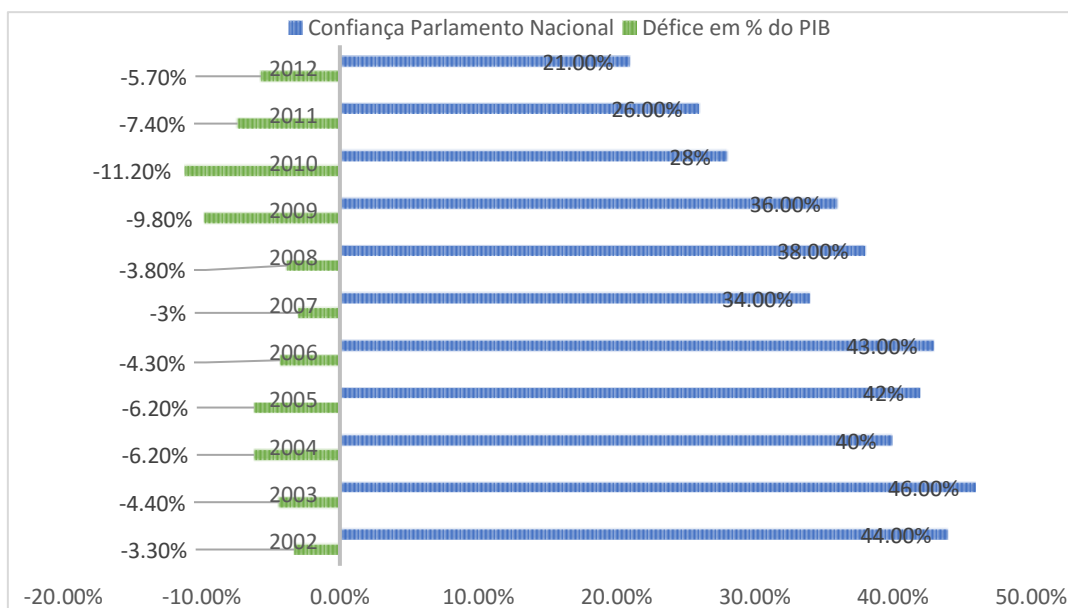


Fonte: WorldBank Data, (2012)

O gráfico nº13 representa o déficit em % do PIB ao longo de vinte anos, sendo o que interessa para este caso sejam os anos decorrentes de 2002 a 2012. Como previamente elucidado nas páginas precedentes o déficit nos anos posteriores a 2008 sofreu um enorme declive, de -3,8% em 2008 para -9,8% no ano de 2009 e -11,2% em 2010. O gráfico nº14 exhibe igualmente, com bastante clareza, as oscilações e a instabilidade no plano económico, com o crescimento económico a descer

vertiginosamente de cerca de 2% em 2007 para -3% em 2009 e de 2% em 2010 para -4% em 2012. Segundo a tese e os estudos protagonizados por Kroknes (2013), os níveis de confiança são propícios a responderem negativamente a elementos de natureza económica, em particular os indicadores de maior impacto: crescimento do PIB; crescimento da dívida e do défice. O gráfico nº 15 demonstra os níveis de confiança no parlamento nacional em comparação com o os níveis do défice, de 2002 a 2012. Ao analisar o gráfico é possível denotar com clareza o declive do défice, porém a confiança no parlamento só demonstra uma quebra significativa no ano de 2007 e no ano de 2010 os níveis de confiança apresentam uma descida acentuada que se manterá até ao ano de 2012, ano que regista o valor mais baixo, com apenas 21% dos portugueses a responder que confia no parlamento nacional, um valor extraordinariamente baixo no quadro europeu, só ultrapassado pela Roménia (16%), Grécia (12%), Letónia (12%) e Lituânia situada no fim da tabela com 7%. (Eurobarómetro, Spring 2012)

Gráfico N° 15 - Confiança Política no Parlamento Nacional e défice em % do PIB de 2002 a 2012



Fontes: adaptado pelo autor a partir de dados do eurobárometro: 55, 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72, 75, 77 e Pordata ,2002 a 2012)

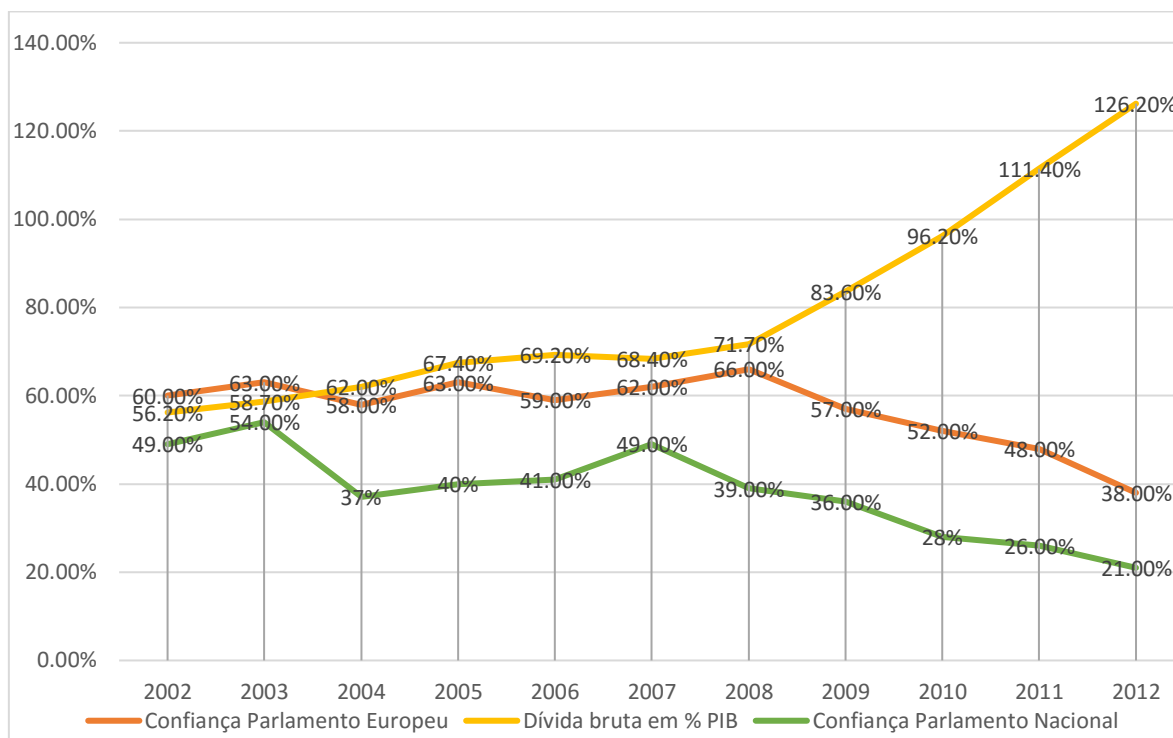
Van Erkel e Der Meer num estudo de 2016 que analisa a performance macroeconómica e a relação com os níveis de confiança política, afirmam que a performance macroeconómica de um determinado país é um dos critérios utilizados pelos seus cidadãos para avaliar a política a nível nacional. Contudo, como os próprios

argumentam, são vários os fatores que questionam a viabilidade desta conexão, ou por outras palavras, da visibilidade direta que esta possa ter. Diversos autores (Inglehart,1970; Gimenes,2015; Marie e Hooghe,2012; Verba et.al,1993; Cabral et.al,2008; Magalhães,2006; Norris,1999), apesar de não estarem intrinsecamente ligados ao estudo da relação macroeconómica com confiança política, possuem teses que discutem quais os níveis de compreensão, do complexo quadro político económico, que os cidadãos possuem. O julgamento negativo por parte dos cidadãos acerca de determinados indicadores económicos pode não refletir um sinal de relação direta com os mesmos.

Peters e Pierre (1998) declaram que no mundo atual e global a força política dos agentes nacionais é diminuta em comparação as atores internacionais e forças não políticas. Van Erkel e Van Der Meer (2016) acrescentam “*Citizens who are aware of these limitations may not judge government and parliament by their macroeconomic policies, but on other factors such as the process of decision making of the fairness of policies.*” (ibidem, pág.179). O gráfico nº6 pode ser, em parte, representativo desta teoria, todavia não se pode descuidar a importância dos indicadores económicos. Para tal existem duas razões principais: primeiro pelo nível de relevância e difusão pelos media; segundo, pelo impacto direto que geram nos cidadãos.

O gráfico nº16 mostra uma correlação positiva entre a confiança política nas instituições e a dívida bruta. A partir do ano de 2008 se analisarmos o gráfico é visível que a descida da confiança no Parlamento Europeu e Nacional acompanha em simultâneo a curva ascendente da dívida que num espaço de quatro anos subiu 55%. A confiança no parlamento europeu, apesar de apresentar uma descida significativa, só ano de 2012 é que regista o valor mais baixo das últimas décadas, 38%. Comparativamente, o quadro nacional sofreu uma descida muito mais acentuada como visto no gráfico antecedente.

Gráfico N° 16 - Confiança no Parlamento Europeu e Nacional e a dívida bruta em % do PIB de 2002 a 2012 (Portugal)



Fontes: adaptado pelo autor a partir de dados do eurobárometro 55, 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72, 75, 77 e Pordata, 2002 a 2012)

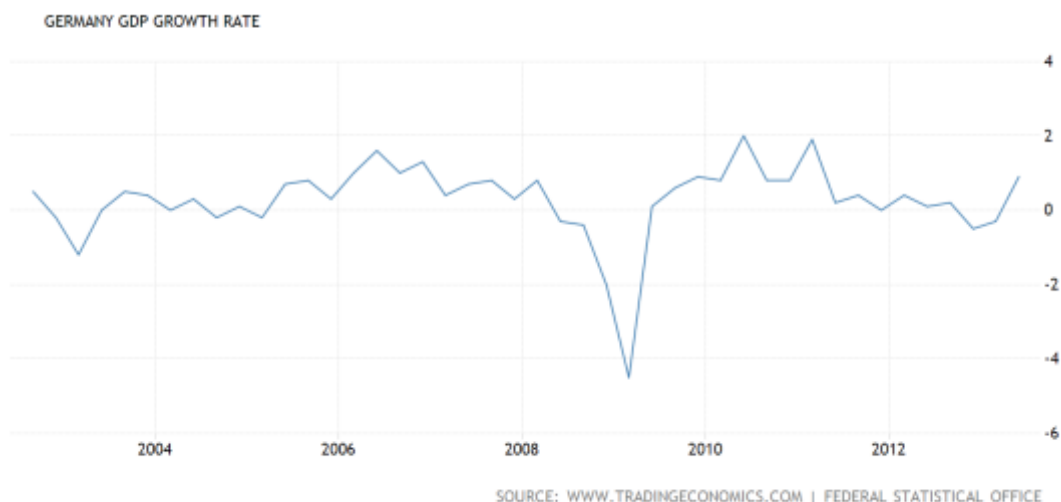
Para concluir e confirmar o caso de estudo número 1, é necessário examinar o caso alemão e analisar se os dados são, como esperado, antagónicos em comparação ao seu homólogo europeu. A Alemanha, como acima descrito, é um caso particular no quadro europeu pelo impacto diminuto que a crise gerou na economia. A curto prazo, pela globalidade e escala da crise financeira, sofreu consequências, contudo, conseguiu num espaço de tempo inferior a três anos colocar o país na plataforma de crescimento que iniciou no ano de 2005, com a entrada para o governo da CDU liderado por Angela Merkel.

3.3.2 Caso Alemão: Crise de 2008 e confiança política

A Alemanha é perspectivada no quadro europeu como o motor económico da União Europeia, motor esse que é igualmente a maior força económica dos vinte e oito membros da UE. O caso de sucesso alemão é comumente associado à sua rigidez fiscal e controlo económico (Reisenbichler and J. Morgan, 2013), contudo, são muitas as variáveis que contribuíram para a Alemanha se tornar o que é hoje: um país com uma economia sólida, baixa dívida externa, níveis de desemprego dos mais baixos da UE –entre os anos de 2011 a 2012 a percentagem de desempregados na Alemanha oscilou entre os 5,6 a 5,4%, enquanto no igual período, Portugal aumentou de 14,1 para 16,3% em apenas um ano (dados Eurostat)-, um país que no ano de 2011 exportou 1.738 triliões de dólares, equivalente a metade do seu PIB e a 7.7% das exportações mundiais (Dustman et al. 2014). O seu sucesso económico, também denominado de “Milagre alemão” (*Wirtschaftswunder*) tem atraído vários intelectuais das ciências económicas a estudarem o modelo alemão e procurar obter respostas para a passagem quase incólume pela crise financeira de 2008. São várias as teorias que emanam dos seus estudos. Carlo Bastasin (2013) refere no seu *paper* que uma das razões para o seu sucesso foi o facto de a Alemanha ter reformado por completo o seu sistema fiscal e políticas laborais –também conhecidas por “Hartz reforms” (Dustaman et al. 2014) - no sentido de assegurar um alto retorno excedentário das exportações. As *Hartz reforms* foram encetadas pelo partido SPD em coligação com os Verdes entre 2002 e 2004 e, em suma, foram um conjunto de reformas laborais que também incluíam o aumento da idade da reforma de 65 para 67 anos. Por contrapartida o partido sofreu uma descida de popularidade de 40.5% em 1998 para 23% em 2005. Estes dados são relevantes porque podem igualmente explicar os baixos valores registados no ano de 2003 a 2006 na confiança do governo e parlamento nacional, que oscilaram entre 24% e 27% para o primeiro e de 29% a 40% para o segundo (Dauderstädt, 2012).

Com a entrada do CDU/CDS para o governo em 2005, coligação que à data ainda continua no poder, a Alemanha conseguiu entrar numa curva ascendente de crescimento do PIB apenas afetado pela crise de 2008 que originou o decréscimo de 1,1% em 2008 para o valor histórico de -4,5% no segundo quartel de 2009, visível no gráfico N°10.

Gráfico N° 17 – Crescimento do PIB na Alemanha de 2002 a 2012



Fonte: Trading Economics, (2002 a 2012)

A resiliência da economia Alemanha perante os outros Estados-membros da União Europeia, em particular os PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), marca igualmente o início de um novo e agitado período político em Bruxelas, tendo como figura central a Alemanha e a sua chanceler Angela Merkel. A crise de 2008 abriu a contingência à Alemanha de se estabelecer como figura reguladora da política económica e fiscal da UE. Para Moravcsik (2012), desde que a Europa iniciou a discussão de matérias monetárias na década de 1970 quase todos os acordos de cooperação foram negociados primeiramente com os termos ditados pelos germânicos. A discussão em torno da rigidez fiscal e monetária da Alemanha é um tema bastante estudado, especialmente para tentar explicar a cidadãos não-germânicos as raízes históricas que moldaram ideologicamente os decisores políticos, um modelo económico que certos autores consideram transversais a partidos políticos (Dullien, Guérot, 2012).

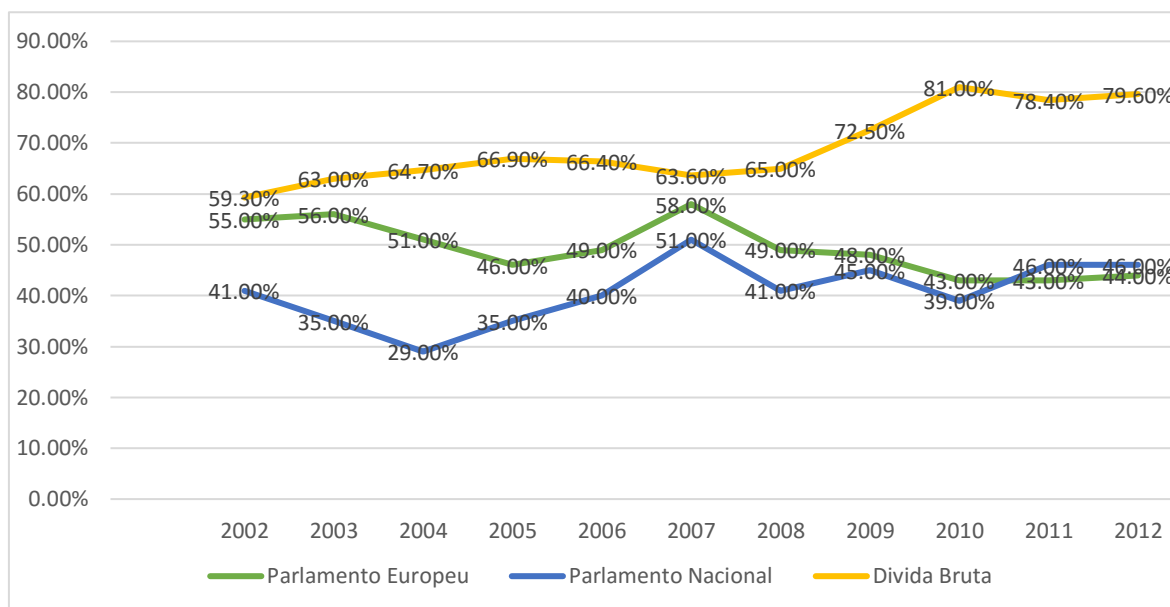
Perante os dados anteriormente expostos e, analisado o caso português, é esperado que a Alemanha registe valores positivos e superiores a Portugal no campo da confiança política, ressalvando o ano de 2010 que se espera um decréscimo relacionado com o resgate económico à Grécia que causou um tremor político e social nos órgãos sociais e no seio da sociedade alemã (ver Cappela 2012).

O gráfico N°18 (ver página 45) releva um panorama bastante divergente em comparação ao Português. Dois elementos merecem particular atenção, primeiro o facto de a confiança no parlamento nacional ter ultrapassado a confiança no Parlamento Europeu a partir do ano de 2011, ainda que sejam valores reduzidos, 3% em 2011 e 2%

em 2012, relevam uma situação que em Portugal nunca se apontou, o mais próximo que o PE e PN estiveram em termos de percentagem, dentro da balizada temporal estabelecida, de confiança foi no ano de 2002, com uma diferença de 11%. O segundo elemento que se sobressai é a dissemelhança entre a confiança no Parlamento Europeu entre os dois países, Portugal até ao ano de 2008 tem uma média de 61,57% enquanto a Alemanha regista 52%, uma diferença de quase 10%. Contudo, a Alemanha entre os anos de 2002 a 2007 apresenta níveis de confiança no parlamento nacional negativos, valores mais baixos que os registados em Portugal na mesma altura, estes podem ser explicados pelas *Hartz reforms* (ver página 42) que foram alvo de forte contestação pelos sindicatos e a sociedade civil que resultou na saída do governo nas eleições de 2005.

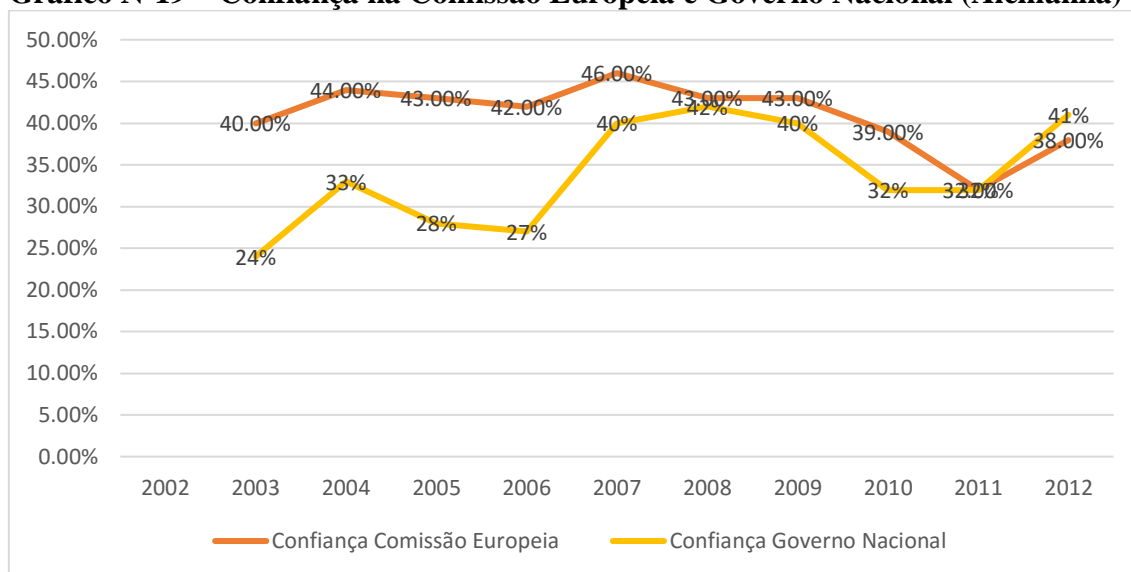
Ambos os casos servem de validação à teoria compensatória e a teses de Muñoz (2010) que através das suas análises concluíram que os países os países com baixos níveis de confiança a nível nacional tendem a aumentar os níveis de confiança nas instituições Europeias. O caso alemão, contrariamente ao Português, também expõe indícios de legitimação da tese de Kritzinger (2003), que diz que um país com valores de confiança a nível interno positivos está propícia demonstrar níveis mais baixos no quadro supranacional.

Gráfico N° 18 – Confiança no Parlamento Europeu e Parlamento Nacional em comparação com a dívida bruta em % do PIB (Alemanha)



Fontes: adaptado pelo autor a partir de dados do eurobarometro :55, 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72, 75, 77 e Trading Economics ,2002 a 2012)

Gráfico N°19 – Confiança na Comissão Europeia e Governo Nacional (Alemanha)



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do eurobárometro : 55, 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72, 75, 77.

3.3.3 Considerações

De uma perspetiva geral o 1º caso de estudo é congruente com os dados analisados nas páginas antecedentes. Como as teses de outros autores concluíram, a crise e as suas consequências aparentam ter um impacto negativo nos níveis de confiança nas instituições europeias e nacionais. Portugal a partir do ano de 2008 viu gradualmente a sua economia, corpo social e político ser devastado até que em abril de 2011 optou por solicitar um resgate financeiro que trouxe consigo um pacote de medidas de austeridade que estagnaram o país a nível económico e social nos anos seguintes. Os níveis de confiança dos gráficos superiores são representativos desses anos de instabilidade, a partir do ano de 2008 o país inicia uma trajetória de queda de confiança em todas as instituições, tanto nacionais como europeias, mas é no ano de 2011 e 2012 que se registam os valores mais baixo dos 12 anos representados. O quadro nacional foi, indubitavelmente, o que sofreu as maiores consequências da crise financeira de 2008, tanto o Parlamento Nacional como o Governo registaram dos valores mais baixos da União Europeia, o primeiro com o mínimo de 21% em 2012 e o segundo 20% em 2010. As variáveis económicas usadas no caso português, nomeadamente o Défice e Dívida bruta em % do PIB, requereriam um maior aprofundamento estatístico para retirar conclusões concretas, porém, dos dados observados é possível extrair conclusões no sentido de haver de facto uma correlação positiva entre ambos.

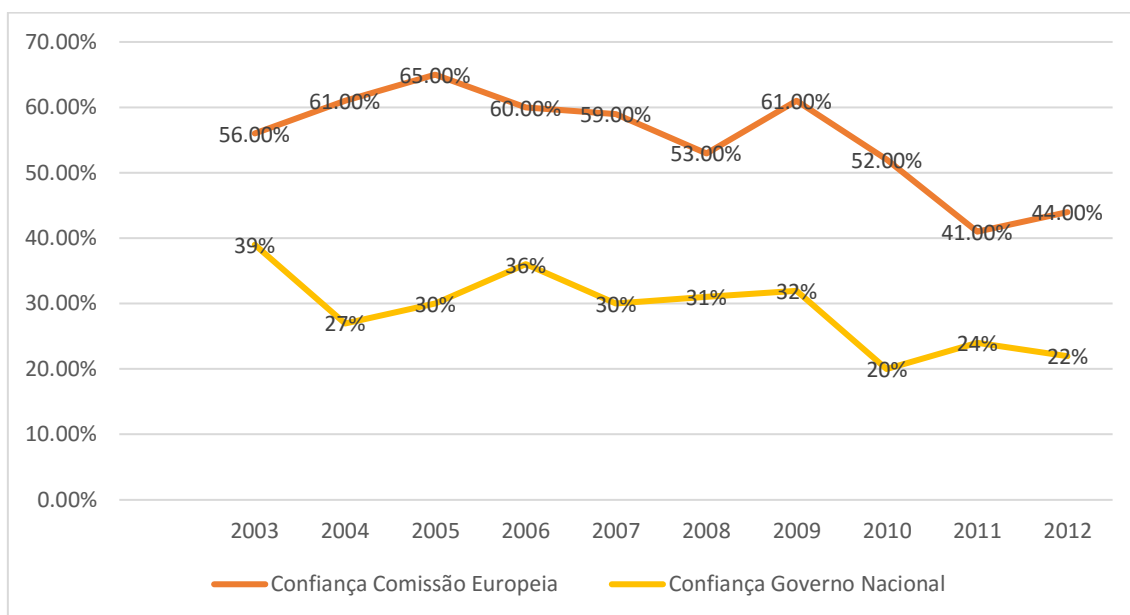
O caso de estudo da Alemanha correspondeu igualmente ao esperado, os níveis de confiança a nível interno e externo desceram moderadamente a partir de 2008 a 2012 e, com exceção do governo nacional que apresentou valores a rondar os 30%, as restantes variáveis mostraram uma linha de relativa estabilidade ao longo do pico da crise, compreendido entre o ano de 2008 a 2012. Inclusive a confiança no governo nacional no ano de 2012 já tinha recuperado para valores de 2007. A confiança nas instituições nacionais da Alemanha entre os anos de 2011 e 2012 superaram os níveis das instituições europeias, algo nunca registado em Portugal. Os valores registados em 2011 e 2012 no governo nacional podem ter correlação direta com o resgate financeiro da Grécia. A Alemanha que nos anos pós-crise encetou uma campanha política a nível europeu com o sentido de promover as medidas de austeridade e rigidez fiscal como solução para os países mais afetados pela crise, viu-se confrontada ela mesma com um cisma social (Roth, 2015) no seio da sociedade germânica. A fevereiro de 2011 foi realizado uma sondagem na Alemanha sobre o resgate financeiro na Grécia, se eram a favor ou contra, a grande

maioria da população, 70% respondeu que eram contra. Na visão de Guiso et al (2012) esta sondagem demonstra o choque cultural provocado pela crise, referindo que este resultado foi uma forma da população germânica punir e exibir o seu descontentamento com as políticas fiscais gregas da última década que, no seu parecer, estiveram na origem dos problemas da Grécia pós-2008.

Em suma, o 2º caso de estudo - *A crise financeira afetou com mais severidade os níveis de confiança nas instituições nacionais (Governo e Parlamento) e europeias (Comissão e parlamento) em Portugal em comparação à Alemanha*” e, perante a informação expostas ao longo dos últimos parágrafos, o argumento aparenta ter uma base factual satisfatória para ser acreditado. Se observarmos o gráfico nº 20 e 21 presentes na página 48, é possível evidenciar dados semelhantes, não nas percentagens, mas no facto de possuírem níveis de confiança superiores na Comissão Europeia, com Portugal a sobressair-se com média de 20 a 30 % de diferença ao longo dos onze anos representados no gráfico. A Alemanha consegue alcançar a igualdade entre ambas as variáveis no ano de 2011 com valores idênticos de 32% e no ano seguinte a confiança no governo nacional ultrapassa mesmo o seu congénere Europeu com uma margem de 4% de diferença.

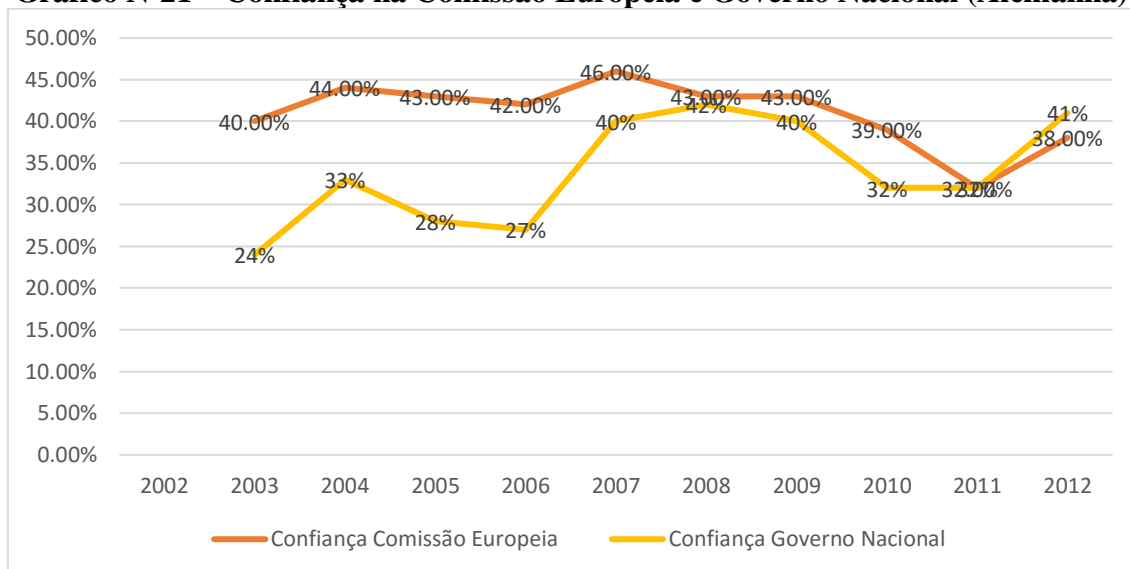
Além da confirmação do 2º caso de estudo, podem ser extraídas outras observações a partir dos vários indicadores dos níveis de confiança. No caso Português um dos elementos que caracterizou os doze anos analisados foi a predominância de valores superiores nas instituições europeias em paralelo com os organismos nacionais, surpreendentemente, nos anos que precederam a crise financeira de 2008 e o regaste financeiro de 2011 as instituições europeias conseguiram conservar a sua supremacia. A maioria dos Portugueses, apesar das adversidades sentidas com a crise da dívida soberana (Roth, 2011), entre 2008 e 2012, manteve uma média de 52% de confiança no parlamento europeu e 50% na comissão europeia, em contrapartida o quadro nacional apresenta uma média de 30% no parlamento nacional e 26% para o governo nacional. Longe dos máximos históricos que pautaram a primeira metade da última década, com valores a ultrapassar os 60%, as instituições europeias continuam a usufruir de valores bastantes positivos tendo em conta a conjuntura económica vivida nos últimos anos no continente europeu.

Gráfico N°20– Confiança na Comissão Europeia e Governo Nacional (Portugal)



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do eurobarómetro : 57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72, 75, 77.

Gráfico N°21 – Confiança na Comissão Europeia e Governo Nacional (Alemanha)



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do eurobarómetro : 55,57, 59, 61, 63, 65, 68, 70, 72, 75, 77.

Conclusões

Esta dissertação discutiu ao longo das últimas páginas dois temas principais. Para o primeiro, sobre a questão da confiança política e as dinâmicas correlacionais com a crise financeira de 2008, procedeu-se a uma desarticulação teórica de confiança com o objetivo de proporcionar uma compreensão sustentável ao longo da investigação prática do terceiro capítulo. No estudo de caso que analisou a interdependência entre a confiança política e a crise de 2008 em Portugal e na Alemanha, mais concretamente, se se observou um declínio de confiança nas instituições nacionais (governo e parlamento) e europeias (parlamento e comissão) nos anos que precederam a crise, conseguiu-se alcançar uma representação bastante nítida da turbulência social que a conjuntura financeira gerou na sociedade Europeia. O decréscimo da confiança política nas instituições -um elemento chave na estabilidade socioeconómica das democracias atuais-, ao ocorrer nos anos subsequentes à crise de 2008 é, indubitavelmente, um indicador positivo da existência de uma correlação entre ambas as variáveis. A União Europeia destaca-se – surpreendentemente, pelos níveis de confiança estáveis ao longo dos doze anos presentes neste estudo, contudo os cidadãos europeus não ocultam o seu descontentamento com a crise económica e, neste caso, Portugal, como expectável, regista, comparativamente à Alemanha, uma descida acentuada de confiança no quadro europeu e nacional. Os dados expostos servem igualmente para demonstrar um lado, por vezes descurado, referente à sociedade civil, que é, definitivamente, quem mais sofre com as crises do sistema financeiro. Logo, o declínio dos níveis de confiança pode ser perspetivado como uma resposta silenciosa de insatisfação dos cidadãos ao corpo político. A crise de 2008 perante as evidências extraídas da nossa análise aparenta ter gerado um impacto direto nos níveis de confiança, e as variáveis económicas utilizadas, apesar de necessitarem de um maior aprofundamento para que se retirem conclusões precisas, fornecem informação significativa para a existência de uma correlação positiva entre a crise financeira e o declínio da confiança.

O segundo caso de estudo, que se debruça sobre os níveis de suporte do Euro nos anos posteriores à sua introdução no ano de 2002, tem como objetivo central avaliar se houve uma transposição dos elevados níveis de suporte que a moeda única obteve para as restantes instituições europeias (parlamento e comissão). Pela observação realizada nas páginas ulteriores é possível evidenciar a existência de indicadores que podem afirmar a correlação entre a introdução da moeda única com um incremento na confiança nas duas

instituições em destaque. O facto da moeda única se revelar como um dos maiores unificadores de um complexo e, nos últimos anos turbulento, conjunto de 27 nações é inquestionavelmente uma oportunidade para os decisores políticos repensarem a sua importância e usufruírem da sua popularidade e poder aglutinador para fortificar o projeto europeu.

A questão de partida da tese: Há *relação entre a crise de 2008 e o declínio de confiança na União Europeia e as suas principais instituições?* encontra nos dois casos de estudo previamente discutidos elementos que permitem a sua validação. Existe de facto uma relação positiva entre as duas variáveis, a crise de 2008 teve um impacto direto na confiança dos cidadãos nas instituições europeias.

De modo conclusivo a presente dissertação patenteia um quadro abrangente da problemática da confiança política em confrontação com duas variáveis de cariz económico, a confiança política é aqui representada como um pilar fundamental, como asseveram diversos autores, para a estabilidade e legitimidade governativa. Neste caso em particular está em causa um corpo político supranacional, que tem sobre a sua alçada um combinado de vinte países membros.

É plenamente concebível que a unanimidade, em termos de confiança política nas respetivas instituições da União Europeia, não seja atingível, uma vez que, em causa, estão variáveis que simplesmente estão fora do alcance da UE. A crise de 2008 representada ao longo da dissertação é um dos melhores exemplos. Diretamente, não foi originada pela UE, no entanto, a crescente globalidade e interdependência económica em que vivemos atualmente leva a que eventos desta magnitude atinjam solo europeu, ainda que desproporcionalmente.

Este estudo, completado com as diversas investigações existentes no campo da ciência política em relação à confiança política e à crise de 2008, apresenta informações de expressivo interesse para futuras investigações neste complexo e desafiante campo da confiança política. Os próprios poderes políticos devem olhar para estes estudos e investigações como reflexos introspetivos do seu desempenho porque, ainda que consciente das suas limitações, são fontes de informação preciosas que analisadas num quadro temporal de maior dimensão proporcionam uma visão abrangente da opinião dos eleitores que podem e devem ter sido em consideração pelos decisores políticos. Só desta forma é possível criar uma autêntica ponte de confiança entre ambos, que se considera decisiva e fulcral para a sobrevivência do projeto Europeu.

Bibliografia

- Albinowski, M., Cizkowicz, P., & Rzonca, A. (2013). Distrust in the ECB - product of failed crisis prevention or of inappropriate cure? *Munich Personal RePEc Archive*, (48242). Site: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/48242/> (Acedido em 10/02/2016)
- Armingeon, K., & Ceka, B. (2014). The loos of trust in the European Union during the great recession since 2007: The role of Heuristics from the national political system. *SAGE*, 15 (1), 82–107. Site: : <http://eup.sagepub.com/content/early/2013/08/05/1465116513495595.abstract> (acedido em 15/02/2015)
- Banducci, S., Karp, J., & Loedel, P. (2009). Economic Interest and public support for the Euro. *Journal of European Public Policy*, 16(4), 564–581. Site: http://www.jkarp.com/pdf/jepp_2009.pdf (acedido em 12/03/2016)
- Bastasin, C. (2013). Germany: a Global Miracle and a European Challenge (Vol. Working Paper 62). Presented at the Global Economy & Development. Washington: Brookings. Site: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/05_germany_economy_euro_challenge_bastasin.pdf (Acedido em 22/02/2016)
- Blind, P. (2006). Building Trust in Government in the Twenty-Frist century: Review of Literature and Emerging Issues. Presented at the 7th Global Forum on Reinventing Government, Vienna. Site: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan025062.pdf> (Acedido em 15/01/2016)
- Capella, D. (2013). *The effect of Redistributive Policy on Political Trust: the Eurozone Crisis, Bailouts, and Public Trust in EU institutions*. Texas: Christian University. Site:

<https://repository.tcu.edu/bitstream/handle/116099117/7233/CAPPELLAHonorsThesis1.pdf?sequence=1> (Acedido em 02/02/2016)

Costa, L., & Oliveira, F. (2013). *O Resgate de Portugal e a Crise da União Europeia*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. Site: <http://hdl.handle.net/10400.14/14536> (Acedido em 18/01/2016)

Dauderstädt, M. (2012). *Germany's Economy : Domestic Laggard and Export Miracle. Boon: Friedrich Eberto Stiftung*. Site: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/seoul/09576.pdf> (Acedido em 22/02/2016)

Dullien, S., & Guérot, U. (2012). *The long shadow or ordoliberalism: germany's approach to the euro crisis. European Council on Foreign Relations*. Site: http://www.ecfr.eu/article/commentary_the_long_shadow_of_ordoliberalism (Acedido em 26/02/2016)

Dullien, S., Marquez, A., Priewe, J., & Kotte, D. (2010). *The Financial and Economic Crisis of 2008-2009 and Developing Countries*. New York and Geneva: UNCTAD. Site: http://unctad.org/en/Docs/gdsmdp20101_en.pdf (Acedido em 13/03/2016)

Duvsjö, J. (2014). *What is affeting political Trust? A comparative Study on Europe*. Växjö: Linnaeus University. Site: <http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:788098/FULLTEXT01.pdf> (Acedido 10/12/2015)

Eichacker, N. (2014). *German Financialization, the Global Financial Crisis, and the Eurozone Crisis. Political Economy Research Institute. Massachusetts: University of Massachusetts, (404)*. Site: http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/working_papers/working_papers_401-450/WP404.pdf (Acedido em 18/02/2016)

Erkel, P., & Meer, T. (2016). Macroeconomic performance, political trust and the Great Recession: A multilevel analysis of the effects of within-country fluctuations in macroeconomic performance on political trust in 15 EU Countries, 1999-2011. *European Journal of Political Research* Vol: 55, pág.177-197. <http://doi.org/10.1111/1475-6765.12115> (Acedido em 22/03/2016)

European Commission. (2009). Economic Crisis in Europe: Causes, Consequences and Responses. <http://doi.org/10.2765/84540> (Acedido em 22/02/2016)

Farvque, E., Hayat, M., & Mihailov, A. (2011). Who Supports the ECB? Evidence from Eurobarometer Survey Data. Site: <http://hal.univ-lille3.fr/hal-00995032/document> (Acedido em 28/01/2016)

Fischer, J., & Hahn, V. (2008). Determinants of Trust in the European Central Bank. *SSE/EFI*, (695). Stockholm: Stockholm School of Economics. Site: <http://swopec.hhs.se/hastef/papers/hastef0695.pdf> (Acedido em 12/02/2016)

Galandim, A. (2011). *A Moeda única Europeia: O papel do Euro no processo de integração Europeia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Site: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7177/2/A%20Moeda%20Única%20Europeia%20-%20O%20Papel%20do%20Euro%20no%20Processo%20de%20Integração%20Europeia.pdf> (Acedido em 05/02/2016)

Gros, D., & Roth, F. (2011). Do Germans support the euro?. Brussels: *Center for European Policy*, Working Paper Nrº359. Site: <https://www.ceps.eu/publications/do-germans-support-euro> (Acedido em 03/03/2016)

- Guiso, L., Herrera, H., & Morelli, M. (2013). A Cultural Clash View of the EU Crisis. New York: University of Columbia. Site: http://econ.columbia.edu/files/econ/greece_vs_germany-july22_2013.pdf (Acedido em 07/01/2016)
- Hakhverdian, A., & Mayne, Q. (2012). Institutional Trust, Education, and Corruption: a Micro-Macro Interactive Approach. Harvard: *Journal of Politics*. Site: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:9639965> (Acedido em 14/12/2016)
- Hetherington, M., & Husser, J. (2011). How Trust Matters: The Changing Political Relevance of Political Trust. Michigan: *American Journal of Political Science*. Vol:56, Pág: 312-325. Site: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-5907.2011.00548.x/abstract> (Acedido em 05/01/2016)
- Hooghe, M., & Marien, S. (2013). A Comparative Analysis of the Relation between Political Trust and Forms of Political Participation in Europe. *European Societies*, 15. Site: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616696.2012.692807> (Acedido em 05/02/2016)
- Krones, V. (2013). *Economic Performance and Political Trust: The Impact of the Financial Crisis on European Citizens*. Trondheim: Norwegian University of Science and Technology. Site: <https://brage.bibsys.no/xmlui/handle/11250/26862> (Acedido em 20/02/2016)
- Listhaug, O., & Ringdal, K. (2007). Trust in Political Institutions: The Nordic Countries Compared with Europe. Paper presented at the Norwegian Political Science Meeting. Site: <https://pt.scribd.com/document/91710229/Trust-in-Political-Institutions-the-Nordic-Countries-Compared-With-Europe> (Acedido em 17/02/2016)

- Mayer, R., Davis, J., & Schoorman, F. D. (1995). An integrative Model of Organizational Trust. *The Academy of Management Review*, Vol. 20, N°3, pág. 709-734. Site: https://www.jstor.org/stable/258792?seq=1#page_scan_tab_contents (Acedido em 12/12/2016)
- Miller, W. (2010). *Citizen's Trust in European Union Institutions*. Ohio: University of Arkon. Site: https://etd.ohiolink.edu/ap/10?0::NO:10:P10_ACCESSION_NUM:akron1276308801 (Acedido em 01/02/2016)
- Moravcsik, A. (2012). Europe After the Crisis : How to Sustain a Common Currency. *Foreign Affairs*, 91(3). Site: https://www.princeton.edu/~amoravcs/library/after_crisis.pdf (Acedido em 10/03/2016)
- Muñoz, J., & Torcal, M. (2010). Institutional trust and multilevel government in the EU: congruence or compensation? *ECPR*. Site: <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/f9d9ad11-1262-4099-be1e-cb25fad4ed3b.pdf> (Acedido em 13/01/2016)
- Norris, P. (1999). *Critical Citizens : Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University Press. Site: <http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/0198295685.001.0001/acprof-9780198295686> (Acedido em 02/12/2015)
- Olsen, A. (2008). *Social and Political Trust: The origins of and the connection between generalised social trust and trust in political institutions in European democracies*. Oslo: University of Oslo. Site: <https://www.duo.uio.no/handle/10852/14978> (Acedido em 08/02/2016)
- Ouarda, M., & Nier, E. (2010). What Caused the Global Financial Crisis? - Evidence on the Drivers of Financial Imbalances 1999-2007. New York: *International Monetary Fund*. Site:

https://www.researchgate.net/publication/228126366_What_Caused_the_Global_Financial_Crisis_Evidence_on_the_Drivers_of_Financial_Imbalances_1999-2007 (Acedido 18/03/2016)

Pedroso, P. (2014). Portugal and the Global Crisis: The impact of austerity of the economy, the social model and the performance of the state. Bonn: *Friedrich Eberto Stiftung*. Site: <http://library.fes.de/pdf-files/id/10722.pdf> (Acedido 08/03/2016)

Pereira, P., & Wemans, L. (2012). Portugal and the Global Financial Crisis: short-sighted politics, deteriorating public finances and the bailout imperativ, (26). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Site: <http://pascal.iseg.utl.pt/~depeco/wp/wp262012.pdf> (Acedido em 02/03/016)

Portugal, P. (2015). The Portuguese Economic Crisis: Policies and Outcomes. Bertelsmann Stiftung. Site: http://www.social-inclusion-monitor.eu/uploads/tx_itao_download/policy_brief_The_Portuguese_Economic_Crisis_2015.pdf (Acedido em 10/03/2016)

Roth, F. (2011). Has the Financial Crisis eroded Citizens Trust in the European Central Bank? Panel Data Evidence for the Euro Area, 1999-2011. Göttingen: *center for European, Governance and Economic Development Resarch*, Vol:124. Site: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1847465 (Acedido em 10/02/2016)

Roth, F. (2015). Political Economy of EMU: Rebuilding Systemic Trust in the Euro Area in Times of Crisis. Brussels: European Comission. Site: http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/eedp/pdf/dp016_en.pdf (Acedido em 08/03/2016)

Roth, F., & Gros, D. (2010). The financial crisis and citizen trust in the European Central Bank.

Brussels: *Center for European Policy Studies*, No.343. Site:

<https://www.ciaonet.org/attachments/16995/uploads> (Acedido em 25/02/2016)

Storm, S., & Naastepad, C. W. . (2014). Crisis and Recovery in the German Economy: The Real Lessons. Delft: Delft University of Technology. Site:

https://www.ineteconomics.org/uploads/papers/PED_Paper_Storm_N.pdf (Acedido em 21/02/2016)

Stout, M. (2008). *Social Capital and Inequality in Political Participation*. Pennsylvania: Pennsylvania State University. Site: <https://etda.libraries.psu.edu/catalog/8340> (Acedido em 19/01/2016)

Susila, I. (2014). *Conceptualizing Trust in Electoral Behaviour in a Transitional Democracy*. Hull: Univeristy of Hull Business School. Site: <https://hydra.hull.ac.uk/assets/hull:11323a/content> (Acedido em 02/02/2016)

Théret, B., & Kalinowski, W. (2012). The Euro as Common Money, not a Single currency. Paris: *Veblen Institute for Economic Reforms*. Site: https://www.veblen-institute.org/IMG/pdf/a_plea_for_a_european_monetary_federalism.pdf (Acedido em 13/03/2016)

Thomas, R., & Jilian, E. (2005). Political Trust, Ideology, and Public Support for Government Spending. Michigan: *American Journal of Political Science*, Vol: 49, No° 3, pág.660–671. Site: https://www.jstor.org/stable/3647738?seq=1#page_scan_tab_contents (Acedido em 08/01/2016)

Turper, Sedef. (2015). Political Trust and Sophistication: Taking Measurement Seriously. *Social Indicators Research*. DOI: <http://doi.org/10.1007/s11205-015-1182-4>

Van Roosbroek, S. (2006). Comparing Trust in Government Across Countries: What Role For Public Administration? *K.U.Leuven - Instituut Voor de Overheid*. Retrieved from Site:

http://steunpuntbov.be/rapport/s1706001_politicologenetmaal.pdf (Acedido em 04/02/2016)

Verick, S., & Islam, I. (2010). The Great Recessions of 2008-2009: Causes, Consequences and Policy Responses. Bonn: Institute for the Study of Labor. *No*° 4934. Site: <http://ftp.iza.org/dp4934.pdf>

(Acedido em 10/02/2016)

Vries, E. (2012). *Political Trust During the Sovereign Crisis*. Leiden: Leiden University. Site:

<https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/32853/Master%20Thesis%20Elsbeth%20de%20Vries.pdf?sequence=1> (Acedido em 08/03/2016)

Vries, C., & Hoffmann, I. (2015). What Do the People Want? Opinions, Moods and Preferences of European citizens. Gütersloh: *Bertelsmann Stiftung*. Site: [https://www.bertelsmann-](https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/user_upload/Study_EZ_EUopinions_2015.pdf)

[stiftung.de/fileadmin/files/user_upload/Study_EZ_EUopinions_2015.pdf](https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/user_upload/Study_EZ_EUopinions_2015.pdf) (Acedido em 14/12/2016)

Webgrafia

- European Social Survey (ESS)

URL: <http://www.europeansocialsurvey.org>

- Eurobarometro (EB 53 – 78)

URL: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_arch_en.htm

EB 53: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb53/eb53_en.htm

EB 54: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb54/eb54_en.htm

EB 55: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb55/eb55_en.htm
EB 56: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb56/eb56_en.htm
EB 57: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb57/eb57_en.htm
EB 58: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb58/eb58_en.htm
EB 59: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb59/eb59_en.htm
EB 60: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb60/eb60_en.htm
EB 61: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb61/eb61_en.htm
EB 62: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb62/eb62_en.htm
EB 63: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb63/eb63_en.htm
EB 64: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb64/eb64_en.htm
EB 65: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb65/eb65_en.htm
EB 66: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb66/eb66_en.htm
EB 67: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb67/eb67_en.htm
EB 68: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb68/eb68_en.htm
EB 69: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb69/eb69_en.htm
EB 70: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb70/eb70_en.htm
EB 71: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb71/eb71_en.htm
EB 72: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb72/eb72_en.htm
EB 73: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb73/eb73_en.htm
EB 74: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb74/eb74_en.htm
EB 75: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb75/eb75_en.htm
EB 76: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb76/eb76_en.htm
EB 77: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb77/eb77_en.htm
EB 78: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb78/eb78_en.htm

- Eurobarometro Interativo

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index.cfm>

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/getChart/themeKy/18/groupKy/97>

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/getChart/themeKy/18/groupKy/98>

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/getChart/themeKy/18/groupKy/89>

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/getChart/themeKy/17/groupKy/80>

- Pordata

<http://www.pordata.pt/Portugal/Administrações+Públicas+d%C3%ADvida+bruta+em+percentagem+do+PIB-2786>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Estado+despesas+efectivas++receitas+efectivas+e+défice+excedente+em+percentagem+do+PIB-2767>

- Instituto Nacional de Estatística (INE)

URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

- World Bank

<http://data.worldbank.org/indicator/GC.BAL.CASH.GD.ZS?locations=DE>

<http://data.worldbank.org/indicator/GC.BAL.CASH.GD.ZS?locations=PT>

- Trading Economics

<http://www.tradingeconomics.com/germany/gdp-growth>

<http://www.tradingeconomics.com/portugal/gdp-growth>